



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE JUNHO DE DOIS MIL E DOZE

"Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento"

-----Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e doze, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte e uma horas e dezoito minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO DOIS - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DO CONTRATO DE "FORNECIMENTO DO UPGRADE HARDWARE E SOFTWARE DO EQUIPAMENTO GFT RESPONSÁVEL PELA AUTOMATIZAÇÃO DO CONTROLO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL NAS INSTALAÇÕES DA ZONA INDUSTRIAL", NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO UM DO ARTIGO SEIS DA LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO. -----

PONTO TRÊS - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, REFERENTES AOS CONTRATOS DE LEASING EM VIGOR NO MUNICÍPIO, NOS TERMOS PREVISTO NA ALÍNEA C) DO NÚMERO DO ARTIGO SEIS DA LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOIS, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO.-----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PONTO QUATRO - APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, REFERENTE DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E O CRIAL, NOS TERMOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO NÚMERO UM DO ARTIGO SEIS DA LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOIS, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO, CONJUGADO COM DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO. -----

PONTO CINCO – APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL COM A AQUISIÇÃO DE ENERGIA EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO NOS TERMOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO NÚMERO UM DO ARTIGO SEIS DA LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOIS, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO. -----

PONTO SEIS – APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, REFERENTE A PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E AS ASSOCIAÇÕES DE PAIS DO ENSINO OFICIAL DE ALMEIRIM E DE FAZENDAS DE ALMEIRIM NOS TERMOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO NÚMERO UM DO ARTIGO SEIS DA LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOIS, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO. -----

PONTO SETE – APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA LT, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, NOS TERMOS DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DA ALÍNEA I) DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO DA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, DA ALÍNEA A) DO NÚMERO UM DO ARTIGO OITO DA LEI NÚMERO CINQUENTA E TRÊS – F BARRA DOIS MIL E SEIS, DE VINTE E NOVE DE DEZEMBRO E DA ALÍNEA B) DO ARTIGO ONZE, ARTIGO CATORZE NÚMERO DOIS E NÚMERO TRÊS DO ARTIGO TRINTA E SETE DO DECRETO-LEI Nº TREZENTOS E SETE BARRA DOIS MIL E NOVE, DE VINTE E TRÊS DE OUTUBRO. -----

PONTO OITO – APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE DOIS MIL E DOZE DE ACORDO COM



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O PREVISTO NA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS CONJUGADO COM O NÚMERO SEIS E NÚMERO OITO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO NOVE - PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM SOBRE A LEI VINTE E DOIS BARRA DOIS MIL E DOZE DE TRINTA DE MAIO, QUE APROVA O REGIME JURÍDICO DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICO. -----

-----PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conjugado com o número um, alínea **b**) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; José Francisco Correia Afonso Marouço, (Presidente da Mesa da Assembleia Municipal); Carlos Manuel Russo Mota (Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia); Teresa Isabel Almeida Filipe (Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal); Ana Sofia Casebre; Manuel Botas Soares; Manuel Luís da Cruz Bárbara; Luiz Filipe Esteves Neves Inês; Maria José Duarte Seródio Dias; Aquilino Manuel Pratas da Silva; José Rodrigues; Jorge Alexandre Castro Videira Veiga Dias; Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha; Ana Lúcia Mesquita Nunes Gomes Ribeiro; João Miguel Gonçalves Lopes; Domingos Manuel Monteiro Martins; Duarte José Velhais da Mota Cerveira; Susana Margarida Fernandes Mendes; Rui Manuel Matilde Galveias; Samuel Amorim Prôa; Carla Marina Sousa Jesus Silva; Manuel Bastos Martins (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente da Junta de Almeirim); José David Ventura Gouveia (Presidente de Junta da Raposa); Alfredo da Silva Trindade (Presidente da Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o Senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente), o Senhor Pedro Miguel Ribeiro (Vice-presidente); Maria Emília Castelo A. Botas Moreira (Vereadora). José Carlos Silva



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

(Vereador), e Maria de Fátima Rodrigues Pina (Vereadora) e Nuno Pinhão Fazenda (Vereador) José Manuel Aranha Figueiredo (Vereador). -----

Registo de faltas do Executivo: Não se registaram faltas. -----

Registo de faltas da Assembleia: Teresa Paula Rodrigues Aranha (Grupo do PS). -----

Sendo vinte e uma horas e dez minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, aberta a sessão. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Boa noite ao Executivo Municipal, Deputados Municipais e público presente. Verifico que existe quórum na Assembleia com vinte membros presentes, pelo que declaro aberta a sessão ordinária de Junho de dois mil e doze. -----

Estão abertas as inscrições para apreciação da acta do mês de Abril. -----

Ninguém se quer pronunciar sobre a acta? -----

Vou colocar a acta a votação. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Sobre as actas, gostaria de fazer um pedido que já fiz várias vezes. Os grupos parlamentares continuam a não ter um exemplo da acta depois de aprovada, devidamente assinada e rubricada. Gostaria de ter um exemplar de cada acta desde o início deste mandato, depois de devidamente aprovada e rubricada. Obrigada. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Tendo em conta o pedido que fez, vou diligenciar junto do secretariado que responda a essa solicitação. -----

Tomou lugar na bancada do MICA, pelas vinte e uma horas e vinte minutos a Senhora Deputada Susana Mendes. -----

----- * **Votação da acta da sessão ordinária do Mês de Abril de dois mil e doze.**

Aprovada com dezoito votos a favor, treze do grupo do PS, dois do grupo do MICA, um do grupo da CDU e dois do grupo do PPD/PSD. Duas abstenções, uma abstenção do grupo do PS, e uma do Grupo do MICA. -----

Tomou lugar na Bancada da CDU o Senhor Deputado Rui Galveias, pelas vinte e uma horas e vinte e sete minutos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» De seguida vou passar a dar-vos conta da correspondência recebida pela Assembleia. -----

Terminada a informação da correspondência, abria agora as inscrições para que os senhores deputados se pronunciem e, se for esse o caso, colocarem questões relativas a assuntos de interesse local. -----

Estão abertas as inscrições. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

-----CORRESPONDÊNCIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea b) do Regimento) -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» Vou passar a dar conta da correspondência recebida. -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de vinte e nove de Junho de dois mil e doze, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

CIMLT – Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo – Ofício a enviar prestação de contas relativas a dois mil e onze. -----

ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses – Ofício a enviar convocatória e programa do XX congresso (extraordinário) da Associação Nacional de Municípios Portugueses, que terá lugar em Santarém no dia vinte e nove de Setembro.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA – Ofício/convite para o seminário que decorreu em Mirandela, sobre o tema; “As Assembleias Municipais e a reforma do Poder Local”. -----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício com assuntos a incluir na sessão ordinária da Assembleia Municipal do mês de Junho, ofício a dar conhecimento do pedido de suspensão de mandato do Vereador Francisco Maurício, eleito pelo MICA; Ofício a solicitar a presença do Presidente da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Educação a realizar no dia onze de Julho, no Salão Nobre. -----

O Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício a pedir a convocação da Comissão de Habitação e Urbanismo. -----

Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo – Ofício a enviar parecer sobre a Lei número vinte e dois barra dois mil e doze de trinta de Maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica. -----

Junta de Freguesia de Raposa – Ofício a enviar parecer sobre a Lei número vinte e dois barra dois mil e doze de trinta de Maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica. -----

Junta de Freguesia de Almeirim – Ofício a enviar parecer sobre a Lei número vinte e dois barra dois mil e doze de trinta de Maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim – Ofício a enviar parecer sobre a Lei número vinte e dois barra dois mil e doze de trinta de Maio, que aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica. -----

Justificação de Faltas: Ofício de Armindo Castelo Bento (MICA) a solicitar a justificação de falta para a sessão ordinária de Junho, Ofício de Manuel Virginia Lourenço (PS) a solicitar a justificação de falta à sessão de Junho; Ofício de Rui Manuel Oliveira Pinto Pires (PS) a solicitar a justificação de Falta à sessão de Junho; Ofício de Maria José Cardoso (CDU) a solicitar a justificação e falta para a sessão ordinária de Junho e ofício de Pedro António Mendonça Ramos (CDU) a solicitar a justificação de Falta à sessão de Junho. -----

Renúncia de Mandato: Ofício de Tiago Rodrigues da Silva Correia de Campos a enviar renúncia de mandato com efeitos a partir do dia vinte e seis de Junho, inclusive. -----

Tomou lugar na bancada da CDU o Senhor Deputado José Rodrigues, pelas vinte e uma horas e trinta e dois minutos. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Gostaria de me pronunciar sobre a correspondência. Pois, na última Assembleia Municipal o senhor Presidente entregou-nos uma carta da Assessora do Senhor Presidente Sandra Isabelina. Entregou-a logo com os documentos da Assembleia Municipal e não teve o mesmo critério para um correio que tinha chegado da professora de natação da ALDESC, Dr.^a Alda Leandro. Viu-se aqui que a carta devia ser distribuída, esperava que com os documentos da reunião, tivesse vindo a carta. Não veio, e hoje também não foi aqui entregue. Por isso julgo que houve aqui dois critérios e duas medidas em relação ao correio que chegou à Assembleia Municipal. Ou ele é todo distribuído ou então nada é distribuído. Por isso, quer registar o meu descontentamento e desgosto por essa atitude discriminatória.-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Julgo que a atitude desta Mesa e do secretariado da Assembleia Municipal, não merecem de maneira nenhuma as considerações que a Senhora Deputada esteve a fazer. Porque até agora nunca houve um documento que me fosse solicitado, ou fosse solicitado ao secretariado que não fosse entregue a quem o solicita. No entanto, admito que até me possa ter esquecido de o distribuir, porém, o que lhe posso garantir seguramente é que não se trata de uma atitude discriminatória. Não é seguramente. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Então posso depreender que na próxima sessão já tenho o documento? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não é na próxima sessão, é logo que a Senhora Deputada peça no secretariado que lhe forneçam a carta. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» »» Ficou decidido na última reunião que essa carta seria distribuída. A outra carta também não a solicitei e no entanto ela foi-me distribuída com os documentos da reunião. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Senhora Deputada Manuela Cunha, se mantém o interesse pela carta, faça favor de a solicitar junto do Secretariado, que será cedida de imediato. -----

LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» Boa noite Senhor Presidente e a todos os que ainda não cumprimentei. -----

Fui designado por esta Assembleia para o Conselho da Comunidade, Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria II. Estou aqui para prestar contas daquilo que sucedeu até esta data. -----

O Conselho, pelo menos até esta data não reuniu, tentei que os membros deste Conselho, designados pelas Assembleias Municipais que reunissem á parte, dado que não havia nenhuma convocatória do Presidente do Conselho da Comunidade, que não sortiu efeito, infelizmente foi numas datas um bocado aborrecidas, só o Drº José Brás, que foi designado pela Assembleia Municipal da Chamusca se encontrou comigo nestas instalações. O Senhor que está designado por Alpiarça não compareceu, pois foi nessa altura que faleceu o Vereador Mário, pela que as coisas ficaram neste pé. Eu ainda cheguei a escrever uma outra carta para estes amigos no sentido de eles proporem uma outra reunião. Até à data não recebi mais nenhuma resposta. -----

Não me demito deste papel nem deste cargo, pois alguém tem de o fazer. Mas, se algum dos presentes deseja ser o representante desta Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade, Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria II, eu cederei de muito bom grado o meu lugar. -----

O segundo assunto é o seguinte; o Senhor Aquilino Fidalgo e, peço desculpa ao Senhor Presidente por me dirigir ao Senhor Deputado desta maneira, pois assim a acta me propõem. -----

Na última Assembleia Municipal dirigiu-se a mim, dizendo da seguinte maneira; “O senhor deputado Luís Bárbara dado a sua idade e altivez do seu discurso não torna mais verdadeira a sua intervenção que a minha”. Isto no que respeita de que em nenhum ponto eu li, “você propôs a eliminação da Vereadora A ou B”. O que o Senhor tinha dito no primeiro momento foi; “Nós temos um Senhor Deputado que propõe a retirada dos pelouros a uma Vereadora”. Não disse a qualquer um, disse; “A uma



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Vereadora que foi legalmente eleita pelo povo, e essa sugestão é automaticamente acatada”. -----

Eu não pedi que ninguém perdesse os pelouros. Eu solicitei aqui, e li aqui nas minhas palavras “Considerando a crise económica e financeira que atravessamos. Considerando que todos temos que fazer sacrifícios, voluntariamente ou não. Considerando a necessidade que o Município tem de reduzir custos certos. Considerando que noutras alturas os membros do Executivo a tempo inteiro eram em número reduzido. Recomendo que o número de vereadores a tempo inteiro, no executivo da Câmara Municipal de Almeirim, seja reduzido de um elemento”. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Gostaria de dar as boas vindas à Senhora Deputada Susana que já chegou depois de termos iniciado os trabalhos o que tinha acontecido com vinte deputados presentes. Entretanto chegou o novo elemento da Bancada da CDU, que julgo ser o Senhor Rui Galveias, a quem desejo as boas vindas e boa sorte no desempenho das suas funções, as quais julgo estar devidamente habilitado e a quem dou posso como Deputado Municipal desta Assembleia. -----

Dando continuidade às intervenções, está inscrita para intervir a Senhora Deputada Manuela Cunha. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Boa noite a todos. Cheguei e não cumprimentei ninguém porque já estava tudo muito sossegadinho e instalado. ----- Os senhores viram que quando cheguei retirei a placa que identifica o nosso Grupo Municipal. Tirei - a porque temos de fazer um pedido. Nós não conhecemos a força política que está inscrita na placa. Nós, nesta bancada, somos a “Coligação Democrática Unitária” e não, o “Centro Democrático Unitário”. Gostaria que esta placa fosse substituída. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Se tivesse tido conhecimento, com certeza que essa placa já teria sido rectificada. Só me admira é como é que a Senhora Deputada deixou passar este assunto em branco durante tanto tempo. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Eu explico Senhor Presidente. Quando estava na bancada do Executivo não via a placa, pois ela está sempre virada para o público, e de aqui, também não a vejo, pois está virada ao contrario e quando chego, também não a vejo bem, porque com os anos, vamos necessitando usar uma coisa que eu nem sempre uso quando venho a andar, são os óculos . -----

Tenho várias questões a colocar no PAOD, a primeira tem a ver com as atas da Câmara Municipal, queria dirigir-me directamente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e á Mesa. Quando sou eleita para um Órgão gosto de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

desempenhar plenamente as minhas funções . Na CDU todos somos assim. Para desempenhar as funções como vogal desta Assembleia, funções que me levam a fazer sugestões e recomendações, a aprovar planos e orçamentos e a acompanhar e a fiscalizar a intervenção e as acções da Câmara, há um instrumento que é fundamental, que são as atas das reuniões do Executivo. Todos os deputados que aqui estão, precisam das atas das reuniões de Câmara. Não gostaria que se voltasse ao passado, ao tempo em que nos era negado as actas das reuniões de Câmara, sobretudo as atas dos temas que vêm à Assembleia. Nós temos de ter acesso em devido tempo a todas as atas da Câmara, mas não temos. De vez em quando, lá me chegam umas quantas a casa, depois estou uns meses sem receber nada. Isto não pode acontecer. As atas têm de chegar a todos os elementos da Assembleia antes das reuniões. Nós podemos admitir que de vez em quando falte uma ou que se atrase uma, não podemos é admitir que isto aconteça sistematicamente. Este Órgão não a cumprir com as suas funções, nem os Senhores deputados que aqui estão. As notícias sabemo-las, ou pelos jornais ou se temos a hipótese de encontrar um Vereador, isto quem tem Vereador, quem não tem, como é o caso do PSD, nem a isso pode recorrer. E se tentarmos ter acesso às atas por via do site Câmara, porque até podíamos admitir que esse era um meio. O site não tem as atas actualizadas, as ultimas que encontramos são de Abril ou de ainda mais atrás, por isso não podemos cumprir com as nossas funções fiscalizadoras, pois não temos acesso a este instrumento de trabalho. Por tudo isto, peço ao Senhor Presidente que não aceite que isto volte a acontecer. -----

As irregularidades são muitas, quando chegarmos ao Ponto Um da Ordem do Dia, lá vamos nós repetir a queixa de sempre, não temos a devida informação, não é cumprida a Lei na informação escrita, não nos é dada informação sobre os processos judiciais, não nos é dada informação sobre as empresas, nas quais a Câmara está representada. Por tudo isto, sugiro que se cumpra a Lei uma vez por todas. -----

Segunda questão. Gosto muito de adoçar a boca e se o Senhor Presidente não se importar de pedir a um funcionário que distribua a cada Grupo Político esta lembrança doce da CDU (pacotes de açúcar com publicidade ao Museu Municipal). Gostaria de saber quanto é que isto custou ao Município? -----

A terceira questão tem a ver com o preço da água. A CDU não pode deixar de registar aqui o desagrado, até porque ele nos vai chegando, dos cidadãos deste Concelho em relação ao aumento da água, das tarifas de abastecimento e das tarifas de saneamento. As tarifas da água aumentaram mais de quinze por cento, em dois mil e



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

doze em relação a dois mil e onze e mais de dez por cento em dois mil e onze em relação a dois mil e dez. A tarifa fixa de abastecimento, sofreu um aumento de doze virgula oito por cento no primeiro escalão. Na tarifa de saneamento houve aumentos na ordem de doze virgula cinco por cento no primeiro escalão e vinte e cinco por cento nos restantes escalões. E, na tarifa fixa de saneamento houve um aumento de vinte e cinco por cento no primeiro escalão. A CDU sempre colocou dúvidas, nesta Assembleia e na Câmara, em relação ao processo de entrega da gestão das águas e saneamento que foi escolhido, e de facto, tal como nós sempre dissemos estes processos e estas opções de gestão sobram sempre é para o bolso dos cidadãos. ---- Para terminar esta questão das águas, gostaria de perguntar se por acaso a ETAR de Paço dos Negros não ficou numa zona em que não deveria ficar, na REN? Fiz aqui a pergunta, ainda em fase de projecto. Explicaram-me mais ou menos a localização. Conhecendo o local, sabia que há uma zona mais larga entre a Ribeira e a estrada e depois há outra que é mais estreita. Qual não é a minha surpresa quando me deslocuei ao local, e verifiquei que a ETAR ficou muito perto da Ribeira, exactamente na zona mais estreita e ainda mais numa zona de declive, com escorrências de água para a Ribeira. Gostaria de saber se a estação está licenciada? Se está a funcionar? Parece-me que a sua localização é muito duvidosa. -----

Para acabar, em relação aos pontos da Ordem do Dia. -----
Quero salientar uma coisa. Agradeço as desculpas ou diremos, o facto que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, reconheceu em conversa particular comigo, que não tinha tido razão quando impediu que a recomendação da CDU, relativamente ao encerramento dos hipermercados ao Domingo, fosse posta à votação nesta Assembleia. Por isso a CDU aceita esse reconhecimento, e só refere agora a questão porque ela vem referida na ata anterior. Quero aqui esclarecer que quando nós, na CDU, ateimamos em relação ao conteúdo da Lei é porque verificamos antes. O nosso interesse vai no sentido de ver estes Órgãos a funcionar consoante a Lei e no respeito pela Lei. Por isso, nunca me teria aqui batido para por uma recomendação à votação se esse não fosse um direito previsto na Lei. Espero que isto não volte a acontecer, porque esta já era a segunda recomendação ao Executivo que não é posta à votação neste mandato. -----

LUÍZ INÉS (Grupo do PPD/PSD) »» »» A minha intervenção tem a ver com o procedimento concursal para técnicos de desporto da Câmara Municipal e fazer uma pequena análise desta primeira fase do concurso. Antes de mais queremos realçar que não pretendemos pôr em causa a competência profissional dos técnicos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

escolhidos, nem o júri do concurso, realçando que o presente processo concursal, pelas várias fases operacionalizadas, apresenta-se deveras criterioso através de cinco fases distintas, nomeadamente, a existência de uma a prova de conhecimentos, avaliação psicológica, entrevista profissional de selecção, avaliação curricular e entrevista de avaliação de competências. Contudo, achamos espantoso que os primeiros três melhores classificados sejam residentes no Concelho e de Almeirim, com uma discrepância considerável na avaliação da prova escrita em relação aos restantes concorrentes, parecendo-nos que existe uma majoração pelo facto. Estranhámos esse facto em virtude de não existir no concurso qualquer alusão a uma preferência regional ou local. Outro aspecto que nós chegamos à conclusão, tendo em conta que concorreram cento e trinta e dois candidatos e oitenta prestaram provas, que o procedimento concursal deveria ter começado pela análise curricular em virtude da possibilidade da diminuição considerável de técnicos a concurso e pelo facto de muitos deles não reunirem o perfil funcional que o concurso exigia. Por outro lado estranhámos que o presente concurso não majorar técnicos com qualificações académicas e profissionais melhores. Exemplo contrário disso é que alguns dos classificados nesta primeira fase não têm o perfil funcional para exercer as funções que vêm referidas na área funcional III, ou seja, somente possuem formação académica para exercer funções técnicas em somente uma das sete áreas exigidas. Outro aspecto que também temos a referenciar é relativa à bibliografia recomendada, que na nossa perspectiva é bastante redutora e pobre, tendo em consideração que existem inúmeras publicações e autores nas várias áreas que gravitam no fenómeno desportivo. Como todos sabem, a área funcional deste concurso é muito abrangente. A formação e a intervenção destes técnicos na Autarquia é muito abrangente nomeadamente na área da gestão do desporto, nas organizações desportivas, na intervenção técnico-pedagógica, no planeamento da formação desportiva, entre outras. Esta obrigatoriedade de formação abrangente requer muitos conhecimentos na área da gestão do desporto. Olhando para os temas e para os autores que foram definidos, acho muito estranho não colocarem na biliografia autores especialistas nacionais com renome internacional na área da gestão do desporto como por exemplo, os Doutores Gustavo Pires, Abel Correia, Melo de Carvalho, Jorge Crespo, Luís Cunha, na área da sociologia do desporto a Doutora Salomé Marivoet, na área do direito desportivo, o Doutor José Manuel Meirim. Espero que nos próximos procedimentos concursais tenham em atenção estas dimensões porque para todos nós, para o Concelho de Almeirim e para a população de Almeirim, interessa os



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

melhores profissionais e os mais qualificados. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» »» Boa noite a todos. -----

Fui citado e vou começar por falar sobre o ponto em que fui citado. -----

Senhor deputado Luís Bárbara quando o senhor “recomenda que o número de vereadores a tempo inteiro, no executivo da Câmara Municipal de Almeirim, seja reduzido de um elemento” é exatamente o mesmo que propor a retirada de pelouros de um vereador que foi legitimamente eleito. O Sr. Recomendou e o sr. Presidente da Câmara assim fez ou seja: O deputado o Luís Bárbara propôs e citou um elemento, não referiu o nome de ninguém, mas a verdade é que a proposta caiu em cima de uma Vereadora que foi democraticamente eleita. Não caiu sobre outras fontes em que os gastos também são elevados, mas logo sobre uma legitima representante dos cidadãos de Almeirim. -----

Quanto ao representante da Assembleia Municipal no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde da Lezíria, cargo de imenso respeito e de exigência elevada, Inicialmente foi eleito para esse cargo o Senhor enfermeiro Narciso, deputado eleito pelo MICA, que por motivos pessoais, abdicou do seu lugar, pelo que o lugar no Conselho da Comunidade, Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria II ficou disponível. Se, aquando da primeira escolha, em reunião na comissão de líderes, manifestei algumas reservas em relação a poder candidatar-me a esse lugar, essas condicionantes deixaram de existir na altura da abdicação do Enfº Narciso, pelo que manifestei interesse em continuar com esse cargo, uma vez que tinha sido delegada competência no enfermeiro Narciso e no Movimento que ele representava. Achei que de forma pacífica eu iria continuar com esse lugar. No entanto tal não foi possível pela intransigência da bancada do PS e o Deputado Luís Bárbara foi escolhido. -----

Uma vez que o Senhor Deputado Luís Bárbara não se sente em condições para continuar o trabalho, eu estou disponível para o ocupar sabendo de antemão a responsabilidade e a dificuldade de articulação entre todos os membros do conselho da comunidade. -----

As observações que a Senhora Deputada faz em relação à ETAR de Paço dos Negros, muitas delas tem sido levantadas pelo MICA ao longo de toda a fase de construção da ETAR. Também gostaria de saber se a ETAR está efectivamente a funcionar? Sem presenciar formalmente, temos a informação oficiosa que a estação elevatória não está a funcionar e todos os efluentes seguem pelo bypass para o Val João Viegas e daí para a Ribeira de Muge pelo que alguns proprietários de terrenos a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

jusante, que dali utilizavam as águas para regar o arroz, tiveram de desistir de usar a água do Vale João Viegas porque, segundo eles a águas já estava imprópria para ser utilizada até para rega. Como disse, eu não presenciei estes factos, penas me foram relatados pelos locais. -----

Sobre as Águas do Ribatejo, e recordando aquilo que se passou na Assembleia de vinte e nove de Abril de dois mil e doze, e esta acta eu já pedi ao Secretário da Assembleia que me fosse entregue. Vou cingir-me às páginas que me interessam para ver se consta efectivamente na acta o que foi aqui dito pelo senhor Vereador Pedro Ribeiro e Vice-presidente da autarquia. Nesta altura os habitantes de Paço dos Negros tinham recebido uma carta em que os convidava/intimidava a fazer uma ligação dos esgotos ao saneamento que já estava a funcionar no cumprimento da legislação. Quer a ligação fosse efectuada ou não, iriam começar a ser taxados em Maio, dizia a carta. Confrontado com isto o Senhor Vereador Pedro Ribeiro garantiu aqui, e todos nós nos recordamos disso com certeza, que os pedidos de ligação feitos naquele e num prazo de três meses iriam ser efectuados pelas Águas do Ribatejo de forma gratuita. Isto está em acta. -----

O que se passa, e que eu tenho conhecimento, as Águas do Ribatejo não efectuaram nenhuma ligação, mas há muitas ligações que já estão feitas de forma voluntária pelos interessados, pelos cidadãos de Paço do Negros, que pagam ao pedreiro, que compram os materiais e fazem a ligação, segundo me parece com uma informação e autorização oficiosa por parte dos funcionários das Águas do Ribatejo. Isto levanta duas questões, se é verdade que as Águas do Ribatejo pagam as ligações solicitadas durante aquele período de tempo, isso não tem estado a acontecer. Quem está a pagar as ligações são os particulares. Levanta outra questão que é a legalidade dessas ligações, e as condições técnicas em que estão a ser efectuadas. Se amanhã tivermos problemas na estação elevatória ou até na própria ETAR por areias ou outros materiais que entrem no circuito, motivados por alguma ligação não efectuada correctamente, perguntasse quem é o responsável? É as Águas do Ribatejo que descartaram a responsabilidade de fazer as ligações? Se os particulares que com a sua boa vontade e com o seu investimento, fizeram as ligações para resolver o seu problema? -----

Em relação a este ponto, e embora a carta referisse que os cidadãos iriam começar a ser taxados em Maio, a factura de Abril, com período de facturação de seis de Abril a sete de maio já contempla aqui a rubrica de saneamento, ou seja, embora o aviso fosse a informar que as pessoas começavam a ser taxadas em Maio, em Abril já



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

estavam a ser taxadas e com uma ligação que fizeram custeada pelos seu bolso. Pergunto se é a forma correcta de tratar os utilizadores/clientes e é este o respeito que as Águas do Ribatejo tem pelos cidadãos? a não ser que toda a informação dada pelos Vice-presidente nesta assembleia não seja correcta, seja falsa? -----

Passaram mais uma festas da cidade, e este ano parece que as coisas foram um bocadinho mais animadas. Não falando em nomes nem em situações concretas, mas todos nós temos a noção que as festas da cidade, para além dos objectivos iniciais e legítimos de dar oportunidade às colectividades e associações de conseguirem algumas verbas para utilizarem no seu funcionamento e desenvolvimento das suas actividades, também é verdade que sendo a autarquia a dona do recinto e quem faz o investimento, que aproveite essas mesmas festas para promover os produtos locais, sendo que esta promoção é uma mais-valia para todos. Nós vamos ao Modelo e temos o pão de Rio Maior, pois ninguém sabe o que é o pão de Almeirim, nós temos excelentes vinhos em Almeirim, mas a capital do Vinho é no Cartaxo, nós temos excelentes melões em Almeirim, temos o famoso melão de Almeirim, mas feira do melão é em Alpiarça e Vila Franca. Nós temos as festas da cidade onde é possível beber um ginginha de Óbidos mas não há nenhuma tasquinha que tenha para venda o excelente abafado de da adega Almeirim que até é maior adega Cooperativa do País. Perguntasse que futuro terão as festas da cidade se nós continuarmos a limita-las e a sigilas à simples mas excelente mostra que as associações promovem? -----

Teóricamente, uma empresa, limitando os concorrentes aumenta-se o sucesso e a potencialidade das vendas dos seus produtos daí até ser compreensível a postura das associações que impediram a presença das caralhotas de Almeirim pela sua necessidade de facturar. Compreende-se a postura das associações não se compreende nem se aceita a postura da Câmara que deveria ter visão e postura holística em relação ao evento. Ficando as Tasquinhas mas reduzidas na sua mostra e na especificidade dos produtos acaba por desinteressar aos potenciais visitantes e daí ser prejudicial para todas as colectividades de tem necessidade de facturar e para a Felizmente e como utilizador verifico que as obras do Centro Paroquial arrancaram a bom ritmo, e parece-me também que estão instaladas onde ficava o fica oficialmente o antigo heliporto . Penso que esta estrutura nunca teve grande utilização, mas oficialmente existe e parece que anualmente estava contemplada com alguma verba do Serviço Nacional de Protecção Civil para a sua manutenção. Sendo ou não verdade, o que se verifica é que o heliporto neste momento não existe. O que pergunto é se não existe fisicamente ou não existe efectivamente? Corremos o risco



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de ter um heliporto que existe no papel, que oficialmente existe, mas que está ocupado com as instalações do Centro Paroquial. -----

Uma pergunta que também deveria indignar todos residentes na nossa cidade e os nossos visitantes é o porque do Bar da Zona Norte, zona aprazível e que carece de utilização digna continue encerradas. Penso ser inadmissível que a situação continue como está. -----

LUÍS BÁRBARA (Grupo do PS) »» Ao senhor Deputado do MICA, gostaria de dizer o seguinte; neste momento, e digo com muita franqueza o Conselho da Comunidade, Agrupamento de Centros de Saúde Lezíria II este Conselho é inócuo. Existir ou não existir não faz diferença. -----

É inócuo e com as reformas que se vão fazer na Saúde mais inócuo se torna. O que aconteceu em relação aos outros Órgão que funcionavam junto ao Centro de Saúde que eram emanados das Assembleias Municipais e das Câmaras Juntas de Freguesia, esses sim, sentiam junto do Centro de Saúde do Concelho e tinham alguma força, e sobretudo, fazia-se alguma coisa. Mas, o que aconteceu em relação aos outros órgãos que lá funcionavam, o Governo espoliou o poder autárquico daquilo que ele podia decidir. Neste momento espoliou a favor do poder do Terreiro do Paço, esta é que é a grande verdade. Não me interessa se foi o PS ou PSD. O facto é que neste momento as coisas funcionam desta maneira. -----

Meu caro Deputado Aquilino Fidalgo, o Senhor proponha o seu nome, eu publicamente digo, dou-lhe o meu voto. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Nas questões que queria colocar, esqueci-me de uma, é também sobre os Paços dos Negros. Para além da localização da ETAR, levantar-me grandes dúvidas, e por isso esperar que na próxima Assembleia ou ainda agora, no período da informação escrita, o Senhor Presidente nos esclareça sobre o assunto da ETAR estar devidamente localizada ou não e se obteve licenciamento ou não. Para além disso, há outra coisa que constatei, quando da deslocação que fiz a Paço dos Negros, foi o mau estado das estradas. Gostaria de saber se a Câmara recebeu a obra como está, pois suponho que foi a empresa Águas do Ribatejo que abriu aquelas estradas para colocar no meio o colector central, e voltou a tapar. Agora, o problema é que não o fez como deve, não o fez como deve em termos de qualidade. A estrada ficou num estado desgraçado. Não há outra palavra. Não é aceitável que a Câmara receba aquela obra naquele estado. Agora temos uma espécie de rio, ao meio da estrada, que vai percorrendo Paços dos Negros e dois montes de cada lado. Um o Vale. Aquilo é uma obra que se vai degradar em grande velocidade e as duas



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

costuras, mal feitas na estrada, poderão gerar acidentes. Não é aceitável que quando há obras no Município, a Câmara aceite que as empresas entreguem as obras naquele estado a intervirem devolvam depois no fim da obra as estradas naquela situação. Isto não aconteceu só em Paço dos Negros com as Águas do Ribatejo. Na Zona Norte também foi assim. Não sei se foi com o gás natural ou com os telefones, mas foi a mesma coisa. Temos as estradas completamente desniveladas. A única diferença é que aqui é junto às bermas e em Paço dos Negros é mesmo no meio. Por isso eu acho que enquanto as obras estão cobertas pelo período do seguro e suponho que todas as obras tenham um seguro, e um período de recepção, não se deve admitir que a Câmara receba a obra de volta naquele estado. As empresas são obrigadas a devolver as coisas como as encontraram e por certo não encontraram as estradas naquele estado. Exige-se por parte da Câmara um maior rigor na fiscalização e na recepção das obras. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Boa noite Senhor Presidente, senhores deputados e excelentíssimo público. -----

Pedi a palavra para falar ao abrigo da alínea C do PAOD, porque a bancada do PPD/PSD tem uma questão para colocar ao executivo Municipal e que se prende com o Conselho Municipal da Juventude. A bancada do PPD/PSD já antes fez aqui passar uma recomendação ao Município para que começasse o Conselho Municipal da Juventude ainda num quadro legislativo diferente. Entretanto, no dia dez de Fevereiro de dois mil e doze foi feita uma alteração à Lei oito de dois mil e nove relativamente ao Conselho Municipal da Juventude. Essa alteração pela Lei seis de dois mil e doze entrou em vigor já no dia onze de Fevereiro. Com esta revisão que foi debatida entre os diversos partidos com assento parlamentar culminou com a obrigatoriedade da criação do referido Conselho da Juventude. Para o PPD/PSD entende que é um importante órgão consultivo porque entende que deve existir uma estrutura representativa da juventude para que se possa envolver os jovens na tomada de decisões, nomeadamente nas matérias relacionadas com política da juventude. Infelizmente esse órgão ainda não foi criado no Concelho de Almeirim. -----

Não havendo também a atribuição do pelouro da juventude no actual executivo autárquico nós gostávamos de saber qual é o actual ponto da situação em relação ao ponto actual do Conselho Municipal da Juventude e qual é a opinião que a câmara Municipal de Almeirim reserva quanto à criação do mesmo Conselho Municipal da Juventude? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Temos também este documento por escrito que vamos entregar ao Executivo pois
prefere documentos escritos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Depois de terminado as intervenções dos
senhores deputados, dava agora a palavra ao executivo Municipal, para que, se assim
o entender fazer os comentários às diversas intervenções feitas até agora. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Boa noite Senhor Presidente. Não é nossa intenção
fazer qualquer comentário. Se os Senhores deputados quiserem algumas respostas às
intervenções que tem feito, apresentam os requerimentos à mesa, que os enviará ao
Executivo, e o executivo responderá na medida em que tenha possibilidades de o
fazer. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Registo a sua resposta. Efectivamente o
Executivo não é obrigado a responder em plena Assembleia às perguntas formuladas.
No entanto, para facilitar a obtenção de respostas, os partidos que fizeram perguntas
concretas, particularmente a Deputada Manuela Cunha, Aquilino Fidalgo e João
Lopes, que me fizessem chegar resumidamente, quais são as perguntas para as quais
pretendem uma resposta, de modo a que as possa fazer chegar, que responderá logo
que lhe seja possível. -----

Vamos passar ao Período da Ordem do Dia, que como sempre, inicia-se com a
informação escrita do Executivo Municipal. -----

-----ORDEM DO DIA-----

----- (alínea E do número um do artigo quarto do Regimento) -----

PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO
PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO
NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO
CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE
SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO,
TRAÇO A BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM
O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO
NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO
REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PRESIDENTE ASSEMBLEIA »» Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se
pretende fazer alguma introdução ao primeiro ponto da Ordem de Trabalho, ou abdica
da sua intervenção. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE CÂMARA »» Senhor Presidente, a informação escrita é um ponto que está incluído na ordem de trabalho desta Assembleia e que no fundo tem um conteúdo igual a tantas outras informações anteriores. Penso que merecerá muitos comentários por parte da Assembleia, como é hábito. Para esses comentários, se pretenderem alguma resposta em concreto, eu pedia que as fizessem por escrito. -----

PRESIDENTE ASSEMBLEIA »» Dado que o executivo abdicou de fazer a sua habitual introdução à informação escrita, peço aos senhores deputados que estejam interessados em intervir sobre este assunto que se inscrevam. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Se este não fosse um espaço de seriedade, e em respeito pelas populações que nos elegeram, quase dava para rir da resposta que o Senhor Presidente da Câmara acaba de dar. Qualquer dia podemos fazer Assembleias escritas, todos com um computador à nossa frente, e vamos escrevendo uns aos outros, via Youtube, Facebook e as outras bancadas respondem pela mesma via e tudo em silêncio. Será bom para a integração dos surdos. -----

Gostaria de saber o que diria o Partido Socialista na Assembleia da República se cada vez que interpela ou questiona o Governo, a resposta fosse; “Senhor Deputado ponha lá isso por escrito que eu depois respondo”. Admite-se que numa questão ou outra, o Executivo não tenha a resposta com ele e que peça para o fazer por escrito, se bem que a acta serve para isso mesmo, se depois forem ler as actas, as questões estão lá escritas. Agora, não é admissível mandarem-nos por todas as questões por escrito, qualquer dia não fazemos mais nada. Então não vale a pena fazer sessões orais. Isto de facto é uma falta de respeito pelo funcionamento destes órgãos. Em relação ao PAOD, o Senhor Presidente da Câmara tem razão, “é igual a muitas outras”, fugiu-lhe a boca para a verdade. Gostaríamos de um pouco mais de explicações. Não entrevi no PAOD sobre a questão do concurso relativo ao pessoal de desporto e sobre questões relacionadas com a ALDESC, porque vem nesta informação escrita, uma informação que é tudo menos informação que queria comentar. Como vemos este é um assunto que tem motivado intervenções de todas as bancadas da oposição e do público e que tem vindo recorrentemente a esta Assembleia, por isso julgamos que merecíamos uma explicação, nós eleitos pela população e também o público que aqui está a assistir, um bocadinho mais completa que aquela que aqui está, onde se pode ler: “estão em curso as diligências para a conclusão do concurso de pessoal do desporto”. Merecíamos mais esclarecimentos sobre todo este processo, sobre os procedimentos que estão a ser seguidos e sobre o que está a acontecer. Mais uma



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

vez não tivemos a oportunidade de as ter, porque o Senhor Presidente deve achar que nós não temos direito. -----

E como nós também não temos direito às atas, ficamos a saber o mesmo, isto é, muito pouco sobre a vida do Município de Almeirim, mesmo muito pouco. Temos de andar, enfim nos cafés a conversar uns com os outros para saber um pouco mais, ou lendo os jornais, e aí temos uma das possíveis versões das coisas. O que nunca temos é a versão oficial e debatida em reunião do Executivo. Por isso, isto é tudo lamentável. ---

Aproveito, sobre o concurso do pessoal do desporto, para dizer que este não deixará de ser um concurso estranho. Não podemos deixar de manifestar estranheza, que com tantos trabalhadores que desempenharam funções nesta Câmara, com qualidade, durante anos, não me lembro de nenhum utente da piscina se ter queixado das aulas de nataçãõ ou do asseio da Piscina, eu própria fui utente, durante muitos anos, assim como os meus filhos e por vezes lá tínhamos as nossas coisas, como qualquer utente do serviço público, mas nunca nada de grave e que agora esses trabalhadores todos que também concorreram no quadro destes concursos fossem todos ou quase todos preteridos, porque há sempre alguns que não o são, sabe-se lá porquê, e que passassem quase todos a ter menos condições que aqueles que concorreram e vieram de outros sítios. Isto de facto não deixa de ser estranho para além de imoral. -----

Um concurso, segundo sei caiu, um deles, mas não sei bem porquê, também gostaria de ser informada. Mesmo se julgo saber, tenho uma versão, como se diz, versão de rua. Mas, gostaria de ter a versão oficial por parte da Câmara, mas mais uma vez sem essa versão por parte da Câmara. -----

Os senhores e a maioria PS do Executivo não dignificam o Executivo Camarário. A maioria dos Senhores que aí estão sentados nessa mesa, e obviamente não inclui os dois vereadores da oposição, não dignificam o poder local, a confiança que as populações vos confiaram e não respeitam o voto que as populações depositaram noutras forças. Talvez tenha ofendido a honra de alguns, mas à honras que se ofendem muito rapidamente mas que não deviam. Deviam pensar que a minha também está muito ofendida quando não recebo as atas e quando me impedem de cumprir com o meu dever. É a minha honra que está em causa. -----

Para acabar gostaria de colocar uma pergunta concreta, que pretendo que fique em acta.-----

Gostaria de conhecer a actividade da Câmara noutros sectores, para além das obras. Por exemplo; em termos de Regulamentos e licenciamentos, relativamente ao



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

licenciamento Zero. Como é que está o processo na Câmara? Este assunto já entrou em vigor? A Câmara de Almeirim já tem tudo pronto para o licenciamento zero? Esta é uma informação que gostaria de o ter relativamente aos regulamentos. É que veio aqui o regulamento de Museu, que até fala em várias salas, quando afinal só há uma. Não se esqueçam, “não se pode comer nas salas do Museu” . O Regulamento da Galeria, muito bem, todos esses espaços precisam de regulamentos, mas os outros regulamentos para outras coisas, enfim, outras coisas que os cidadãos utilizam no seu dia-a-dia, esses ainda não vieram aqui desde que este Executivo tomou posse. -----

Gostaria de saber concretamente, quando é que eles vêm? -----
Também há aqueles regulamentos que foram implementados pela porta do cavalo, como diz o outros, o regulamento das hortas biológicas, que não se chama regulamento mas normas e que não veio a esta Assembleia Municipal quando deveria ter vindo e quando deveria ter estado sujeito a consulta pública durante os dias previstos na Lei e não teve. Por isso, gostaria de saber quando é que temos regulamentos para todos os edifícios do Concelho, utilizados pelo público e outros espaços que necessitam obviamente e obrigatoriamente de serem regulamentados para que os serviços sejam devidamente orientados e funcionem plenamente e cumpram a Lei? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Antes de passar a palavra ao Senhor Deputado João Lopes, gostaria de fazer uma recomendação à Senhora Manuela Cunha, para que em intervenções futuras tenham um pouco mais de atenção na terminologia que utiliza, porque efectivamente, porque ultrapassou algumas vezes as raia do que é admissível e tolerável. Peço-lhe que futuramente seja um pouco mais comedida.

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de fazer duas observações à intervenção da Senhora Deputada Manuela Cunha. -----
Já disse aqui e vou repetir. Não me vou referir ao concurso enquanto ele estiver a decorrer, até porque tem pessoas nas várias fases do concurso com responsabilidades. Por isso, não vou estar aqui a comentar aquilo que eu possa pensar do decurso do concurso. Quando ele estiver concluído, e se os concorrentes não estiverem satisfeitos com a avaliação, tem nos termos legais as possibilidades de recorrerem da avaliação que lhes é feita. Mas, não sou eu que tenho aqui na Assembleia Municipal de fazer qualquer comentário à maneira como o concurso está a decorrer, até porque tem alguns avaliadores que são exteriores à Câmara, pelo que não devo por em causa a honorabilidade de cada um. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Senhor Presidente. Senhoras e senhores deputados. -----

Relativamente à informação escrita, e primeiro que nada, e para que conste em acta, nós temos de manifestar como sempre contra o não cumprimento da Lei, porque não estão apensos os processos judiciais de acordo com o artigo sessenta e oito, da Lei cinco A de dois mil e dois também não é cumprido o artigo sessenta e três, número um, alínea C e Relativamente às contas das associadas. Relativamente às alínea C e D seria interessante, dado que a CIMLT em duas contas para esta Assembleia Municipal, para lhe dar conhecimento que se a câmara não toma essa iniciativa, que a própria Assembleia Municipal, não necessitando que entregue em papel, porque não há necessidade disso, mas se calhar fazendo uma digitalização e enviado aos deputados para que tomassem conhecimento, dado que nós pertencemos à CIMLT. Seria interessante sabermos qual é a actividade que a mesma presta em relação à Câmara? Até porque existem várias interacções entre as duas entidades e cada vez mais. Agradecemos, dado que eles tomaram essa iniciativa, que a Assembleia tomasse também, de nos digitalizar e enviar. -----

Relativamente á falta de informação, gostaria de dizer que não houve qualquer desenvolvimento, pelo menos sujeito a registo no que diz respeito à ALDESC, Águas do Ribatejo e Eco-Lezíria. Dado que não nos informam, a bancada do PPD/PSD, vai sempre antes destas Assembleias ver se existe algum facto novo digno de relevo. Até à ultima consulta não existe. O que existe é que a ALDESC apesar de aprovada a sua liquidação essa ainda não está feita. Afim de todos estes anos, tal com também vem sendo habitual e tal como normalmente nunca ninguém do Executivos nos diz absolutamente nada. -----

Relativamente às actividades, não podemos deixa de comentar, desta vez até mais que das outras vezes porque, enfim. Não se querer aprofundar a actividade, não se querer dizer o que se está a fazer, se calhar vale mais mesmo não escrever. Para vos dar alguns exemplos, a nós que somos um membro fiscalizador, é-nos como indicador de apreciação o seguinte; “acelerou-se também a construção do troço da circular urbana entre entrada do Vale Barrocas e a EM 578”. Isto no fundo não nos está a dizer nada. Devia dizer o que falta, em que fase está, o que andamos a fazer neste momento, mais algum detalhe. Isto assim não nos diz absolutamente nada. “Acelerou-se a construção”. Não sei o que quer dizer. -----

Depois, há aqui umas outras que eu acho verdadeiramente deliciosas, e não resisto em partilhar convosco, que é; “levam-se a efeito actos culturais na Biblioteca, no Cine-



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Teatro e no salão Nobre”. Ficamos a saber que não houve nenhuma venda de melão na biblioteca, mas sim actos culturais. -----

O que deveria estar aqui em nossa opinião, que foram realizadas um número de exposições, de peças de teatro, com o número de espectadores. Isso sim, faria sentido, para sabermos o realmente acontece. -----

Depois diz; “fizeram-se exposições na Galeria Municipal e na Biblioteca”. Ainda bem que se fizeram exposições na Galeria Municipal, pois ele existe é para se fazer exposições. -----

Neste caso, devia-se saber quantas exposições, tiveram presentes (N) pessoas e outros dados relevantes de apreciação. -----

Sobre as festas da cidade, diz que se realizou mais uma edição, é verdade, eu fui às festas da cidade de Almeirim, estive ao pé da arte africana, da ginjinha de Óbidos de todas as iguarias que não de Almeirim. Depois outra actividade que eu também gosto muito e, desculpem mas não resisto; “também a recolha de resíduos tem merecido a atenção indispensável”. Muito obrigado por nos dizer que a recolha de resíduos tem merecido atenção. Nesta onda, a próxima informação vem a dizer; Os postos de iluminação têm lâmpadas de luz. Isto assim não diz nada. -----

Muito honestamente, ou coloca mais alguma informação ou então mais vale retirar. ----

Gostaria de fazer uma nota, sobre a segunda folha sobre as associações e federações das quais a Câmara faz parte diz; “ANMP”. Depois não diz mais nada, não diz se é alguém do Executivo que está em funções na ANMP, o que faz. Presumo que seja um lapso, uma vez que isto vem de uma Assembleia para a outra. Talvez se tenham enganado na cópia, para corrigir para a próxima. -----

Finalmente, as dividas a fornecedores baixaram ligeiramente. Esperemos que elas baixem para níveis normais e aceitáveis dado que temos dívidas de fornecedores de um virgula nove milhões de euros e dois virgula seis milhões de euros no banco. Agradecemos que paguem as contas. -----

Relativamente ao défice corrente as contas a esta data estão equilibradas, apesar de aparentemente não estarem, isto é estão superávit, mas na verdade falta as despesas com pessoal e as despesas correntes do Município, fazendo aqui os ajustamentos até ao final deste mês de Junho dá para notar que as contas estão equilibradas. Se mantiverem sempre assim seria um factor positivo ao nível do Executivo. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara se entender responder às intervenções anteriores. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Não gostaria de responder muito, mas quero agradecer ao Senhor Deputado João Lopes, ter terminado a sua intervenção como terminou. Foi dizer que as contas do Município são saudáveis, correspondem à verdade e que está satisfeito com esse facto. Penso ser um aspecto essencial na vida da Câmara. -----

PONTO DOIS - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DO CONTRATO DE "FORNECIMENTO DO UPGRADE HARDWARE E SOFTWARE DO EQUIPAMENTO GFT RESPONSÁVEL PELA AUTOMATIZAÇÃO DO CONTROLO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL NAS INSTALAÇÕES DA ZONA INDUSTRIAL", NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO NÚMERO UM DO ARTIGOT SEIS DA LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOZE, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Estes vários pontos que aparecem na Ordem de Trabalhos são pontos obrigatórios para o cumprimento da Lei dos Compromissos. No fundo é a repartição dos custos por anos económicos. Quer o ponto até ao ponto seis tem todos a mesma finalidade. Antigamente não tinham de vir à Assembleia Municipal, mas com esta Lei tem de vir e, eu não tenho nada contra isso, antes pelo contrário, pelo que a apreciação dos pontos não tem nenhuma apreciação em especial, a não ser a repartição dos custo por este ano económico e pelos próximos, visto que são encargos assumidos por mais de um ano. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A CDU tinha várias perguntas a colocar ao analisar estes pontos. Colocou-se-nos várias dúvidas, como não trouxe as perguntas por escrito, suponho que vou ficar sem resposta, mas vou coloca-las na mesma, elas ficaram por escrito na ata. -----

Em primeiro lugar, o porque de agora comprar este equipamento? -----
Nós já temos bombas na Zona Industrial há muito tempo. Então elas não tinham um software adaptado. Um software que pudesse ser modernizado ou actualizado. Se não tinham, com é que é contabilizado e qual é o dispositivo que lá está para cumprir as funções que este software pretende ou visa cumprir. Como é que se faz o controlo nessas bombas de combustível actualmente? -----

Num momento em que há algumas dificuldades de dinheiro no Município, por exemplo, parece que as transferências para a escolas estão atrasadas ou não são feitas, ou vice-versa, segundo se diz por ai. Será que este software é a despesa mais



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

necessária actualmente? Não haverá uma forma de modernizar o que já lá esta, se ele existe, ou de controlar estas formas de outra forma? -----

A segunda questão tem a ver com a necessidade não só de repartir os custos, pois para isso já tínhamos o PPI, que é um Plano Plurianual, em que a repartição dos custos já não é novidade que eu saiba, já vem de alguns anos atrás, mas sim o facto de antes gastarmos ter a verba para gastar segundo a nova Lei do Compromissos. Eu discordo da Lei, por acaso, eu e a CDU e os partidos que a compõem, discordam da Lei e achamos que ela está a provocar um estrangulamento enorme nas autarquias, mas o facto é que ela está aí, e julgo que é para dar resposta a essa exigência que esta prima assunção aqui vem constantemente. Assunção disto, assunção daquilo. ----
Gostaria de saber em concreto o que se passa com as bombas de gasolina e com a distribuição do combustível que nos leva a necessitar agora de um novo software. Num momento em que o dinheiro faz falta para outras áreas, quanto a mim mais prioritárias que aconteceu para ser desviado para este software. -----

Peço desculpa se não estou informada, o Vereador Pedro Ribeiro abana a cabeça e agitou-se muito durante a minha intervenção. -----

Eu acho que tenho o direito de questionar. O Senhor Presidente da Assembleia não está a ver, mas eu daqui vejo as expressões físicas do Senhor Vereador, e devo-lhe dizer que é extremamente irritante, porque parece que é anómalos os deputados que estão nesta sala não saberem um conjunto de coisas. -----

Deixe-me acabar Senhor Presidente. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» As perguntas que pretende fazer, tem de as fazer ao Presidente da assembleia Municipal, que as fará chegar ao Executivo. Peço-lhe que não fale ou que não estabeleça diálogo directo entre o Executivo. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Não posso deixar de me manifestar ou ficar reactiva, até porque eu sou uma pessoa reactiva a estas mímicas do Senhor Vereador, quando fazemos uma pergunta concreta e não há resposta, mas há mímicas. -----

Não queremos mímicas, queremos é respostas concretas. -----

Muito obrigado. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de fazer um comentário. Na apresentação deste ponto há pouco não referi que no fundo ao se pretender comprar este equipamento, não se pretende mais do que tornar cada vez mais eficaz o controlo de consumo de gasóleo na Câmara. Não quer dizer que o sistema instalado não tivesse a responder às nossas necessidade, mas o que é certo é que em qualquer área o progresso traz-nos novos equipamentos, pelo que penso que é natural que a Câmara



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

compre esses equipamentos que no fundo se transformam numa economia de recurso. Julgo que não é difícil entender isto. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente a este ponto dois, também nos surgiu algumas dúvidas, A forma como todo o ponto está redigido acaba por ser dúbio na nossa opinião. Porque o que aqui está escrito é “apreciação e aprovação da proposta de contrato de adjudicação de aquisição de bens móveis de fornecimento de upgrade hardware e software de equipamento GFT, responsável pela automatização e controlo do abastecimento de combustível nas instalações da Zona Industrial”. -----

Quem ler isto, fornecimento de hardware e software de equipamento, parece-lhe que está a comprar umas licenças informáticas e as máquinas onde funcionam esses mesmo programa. No entanto, quando começamos a ver o tudo o que está aqui implícito, verificamos que não e nada disto que aqui está. Porque a proposta do próprio fornecedor que está por trinta e seis meses, não é porque está a vender o equipamento tipo de um leasing feito pelo privado e que Câmara teria a pagar em trinta e seis meses e que a manutenção no fundo estaria incluída. Nesses caso sim, vinha no PPI, pois seria um investimento e viria para um rubrica normal de despesa de investimento, mas não é isso que aqui está. O que eles se propõe fazer e dizem de uma forma clara na página cinco de sete é uma prestação de serviços. O que nós estamos aqui a falar é de uma prestação de serviços não é de uma compra de duas licenças como aparentemente nos leva querer. -----

Aquilo que temos aqui presente é uma situação de aluguer durante três anos. Ou seja, as licenças na prática são cedidas ao Município durante três anos. Passados os três anos, das duas uma, ou o software deixa de funcionar ou então a Câmara passa a estar ilegal, porque a licença caducou e o software continua a funcionar. Isto na prática vai implicar que o Município fique “agarrado” a este mesmo fornecedor de solução tecnológica. -----

Num outro local onde se confirma que se trata de um aluguer apesar de passar despercebido é que no contrato de adjudicação de aquisição de bens móveis que aqui está, diz aqui que o encargo vai ser satisfeito por rubricas 020219. Para quem não percebe muito bem de POCAL eu traduzo que 020219 é uma compra de serviços de assistência técnica. Isto não vai a imobilizado nem vai a investimento. Não está como uma despesa de investimento. A Câmara não vai ficar proprietária deste mesmo software que está neste momento a fazer a aquisição. A forma como a proposta está escrita parece que vamos comprar, mas na verdade ninguém está a comprar e vender.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O que o fornecedor propõe é o alugue deste mesmo equipamento por trinta e seis meses. -----

Depois, segundo a informação do técnico, o Engenheiro Rocha Pinto, escreve claramente; “foi apresentada uma só proposta”. Seguidamente faz uma recomendação ao Executivo; “entendo alertar para o facto de ser boa prática pedir sempre mais que uma proposta”. Ficamos a saber que este assunto afinal é um aluguer, é uma assistência técnica e que a Autarquia vai ficar dependente deste fornecedor de serviços e que só pediu proposta a uma única entidade. -----

Era sobre este reparos que gostávamos de ser esclarecidos, pois o que está no texto inicial, aparentemente não é o que se pretende aprovado.

MARIA JOSÉ DIAS (Grupo do PS) »» Tenho muita pena, mas sinto-me completamente ignorante nesta matéria, pelo que gostaria de fazer algumas considerações. -----

Houve aqui um discurso barroco, que confesso não percebi muito bem. Achei que estava completamente deslocada. -----

Agradeço ao Senhor Presidente da Câmara que nos esclareceu um bocadinho. -----
Para mim upgrade de hardware e software e de actualização, é o que entendo. Parece que esta proposta foi aprovada por unanimidade, por isso acho que no executivo todos perceberam qual é a finalidade. Se é um aluguer para três anos, acho bem. Normalmente a maioria dos programas informáticos ficam desactualizados em menos tempo, pelo que dá tempo no final dos três fazer nova actualização. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este é um dos equipamentos que por ventura vão aparecer outros no futuro da Câmara que nos permite ser mais rigorosos com controlo de consumo de combustível. Esta é a finalidade, pelo que apresento a proposta com esta finalidade. A Assembleia deliberara o que entender. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Depois destas intervenções, peço novamente a palavra, porque me apercebi de certas coisas e fiquei com dúvidas depois da intervenção do Senhor Deputado João Lopes. De facto quem ler estes documentos fica com dúvidas. -----

Gostaria de saber, se afinal, isto é uma aquisição ou se é uma prestação de serviços? São coisas completamente diferentes, até na Lei dos contractos. Pois na contratação há regras diferentes, para aquisição de bens e para aquisição de prestação de serviços, por isso temos de saber as coisa em concreto. -----

Numa das páginas refere-se um contrato de adjudicação de aquisição de bens móveis, por isso ficamos completamente perdidos. A finalidade já compreendemos qual era,



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

mas ficamos na dúvida se não poderia ser feito como até agora e o porquê desta necessidade. Urgente que apareceu quando há menos dinheiro. Aliás se as contas estão exactas, só não compreendo porque é que há atrasados no envio de dinheiro para as escolas, mas isso é outra pergunta para outro momento. -----

Temos aqui um contracto de adjudicação de aquisição de bens mas que depois deste debate tudo parece indicar ser uma aquisição de serviços, aquisição que tem a data de Maio, aos vinte e dois dias de Maio, estamos agora e Junho. Agora pedem-nos para dar o nosso acordo para que se realize uma coisa que aparentemente, se ainda não foi ainda contratada, já o parece ter sido. Isto a mim deixa-me perdida. Posso estar muito desatenta, não ter lido tudo ao pormenor mas de facto merecemos uma explicação um bocadinho mais aprofundada do que aquela que foi dada. -----

Por outro lado, em relação ao Executivo, e sobre a unanimidade do Executivo, gostaria de dizer que muitas vezes também não são dados todos os documentos aos membros do Executivo. Em todo o caso, a alguns membros do Executivo, nomeadamente para as oposições, essa é a experiencia que eu tive. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos passar à votação deste ponto, que a pedido do Executivo será também por minuta. -----

Aliás, este ponto e os seguintes serão votados por minuta. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA da autorização prévia para assunção do compromisso plurianual de contrato de “Fornecimento de Upgrade Hardware e Software do Equipamento GFT”, com dezasseis votos a favor, quinze do Grupo do PS, e um do Grupo do MICA. Seis votos contra, Um do Grupo do MICA, dois do Grupo do PPD/PSD e três do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» A bancado do PPD/PSD votou contra este ponto dois da ordem de trabalhos, não por discordar da aquisição em si do equipamento para controlar os custos, mas porque só foi pedida uma única proposta, não se sabendo se esta é garantidamente a melhor proposta para o Município, tal como próprio técnico o indica e depois porque o que está na Ordem de Trabalhos para ser aprovado não corresponde a aquilo que efectivamente esta a ser adquirido.

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo DO MICA) »» Pelos motivos evocados pelo Senhor Deputado João Lopes, não poderia votar favoravelmente e embora tivesse sido



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

levantadas algumas questões nesta Assembleia, não foram dadas respostas que nos ajudariam a esclarecer as dúvidas e tomar uma decisão que poderia até ser contraia aquela que tomei..-----

Por fim, dizer que apesar da proposta ter sido aprovada no Executivo por unanimidade, não quer dizer que na Assembleia essa unanimidade se mantenha a representatividade da população de Almeirim isso nos permite e obriga.-----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A Bancada da CDU votou contra e faz voto de vencido em relação ao ponto dois da Ordem de Trabalhos fundamentalmente pelas dúvidas que nos restam depois de debatido o assunto nesta Assembleia devido à incoerência e contradições nos dados que nos foram fornecidos, nomeadamente as questões que não nos foram explicadas, entre as quais o facto de num dos documentos distribuídos vir referido que o assunto já foi aprovado nesta Assembleia na Reunião de trinta do onze. Não me lembrando, nem aparentemente nenhum deputado aqui presente que esta matéria tenha ido à reunião da Assembleia Municipal desse dia, as nossas dúvidas ainda ficam engrossadas. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

CARLOS MOTA (Grupo do PS) »» Gostaria de dizer que votei favoravelmente esta proposta porque entendo que o software e o hardware não deixam de pertencer ao grupo imobilizado, pode efectivamente ser imobilizado incorpóreo, tem é efectivamente outro tratamento contabilístico. Não entendo que seja visto como uma prestação de serviços, mas sim como investimento. -----

PONTO TRÊS - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, REFERENTES AOS CONTRATOS DE LEASING EM VIGOR NO MUNICÍPIO, NOS TERMOS PREVISTO NA ALÍNEA C) DO NÚMERO DO ARTIGO SEIS DA LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOIS, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO.-----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» A Lei dos Compromissos de vinte e um de Fevereiro de dois mil e doze, a Lei oito de dois mil e doze refere no seu artigo número quinze relativamente às disposições finais e transitórias que devem ser declarados, portanto a nível transitório trinta dias após a entrada da Lei todos os compromissos plurianuais existentes a trinta e um de Dezembro do ano anterior que se encontrem devidamente registados na Base com encargo plurianuais, identificar, enfim, todas as responsabilidades que o Estado assumiu. Isto é uma obrigação transitória desta Lei



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

que o que se quer é que deixe de haver coisas escondidas debaixo do tapete. Queremos saber de todos os compromissos para os anos futuros e o que aí vêm, portanto a partir do momento da entrada em vigor da Lei entendeu-se transitoriamente que devia ser indicado o que vinha de trás e que vai implicar compromissos para a frente. Esse é o caso deste ponto três que tem a ver com leasings feitos para trás. Agora, em lado nenhum, nem na informação escrita nem por outra via qualquer nos foi indicado se estes são ou não os únicos compromissos plurianuais que os Município têm. Ou seja, esta obrigação decorrente da Lei está aqui no ponto três parcialmente. Nós não sabemos verdadeiramente se existem ou não mais compromissos que este Município já tenha para o futuro, para que quando houver as próximas eleições autárquicas por exemplo quem se candidatar já saiba pelo menos quais são os compromissos assumidos para o futuro. Este é um esclarecimento que devia estar na documentação distribuída. -----

É verdade que podemos observar o parecer jurídico que está incluído neste ponto três. Um parecer do jurista contratado. Sobre este parecer jurídico, a bancada do PPD/PSD vê essa mesma indicação e este mesmo parecer, como de alguém com competência e idoneidade, tal como do funcionário do ponto dois quando refere que se trata de assistência técnica e não de imobilizado. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Gostaria de saber se há verbas para cumprir com estes compromissos? Esta é uma pergunta clara. Estamos a adquirir novos compromissos, e o Deputado João Lopes levantou uma questão fundamental, nunca sabemos os compromissos que arrastamos do passado. No debate do orçamento levantei a questão dos empréstimos que são feitos dos quais, muitos ao fim de cinco anos ainda não abateram nada e noutros só o mínimo, estamos é a acumular dívida.

O facto de se ter conhecimento dos compromissos e das suas repercussões no futuro é uma questão fundamental, pelo que seria importante que aqui visse uma listagem desses compromissos e as suas repercussões, não só sobre os próximos anos deste mandato, mas também dos mandatos que se seguem. Uma quantificação dos compromissos que assumimos. -----

Lembro-me que houve leasings de autocarros feitos por vinte cinco anos, daí que quem vier para o Executivo daqui a quinze anos já vai encontrar um conjunto de compromissos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» O que peço à Senhora Deputada Manuela Cunha, é que quando intervém sobre um ponto se debruce sobre esse ponto. Não faça considerações em dó maior. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» O Grupo da CDU intervém como quer sobre o assunto. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Desculpe, o ponto é este, pelo que tem de intervir é sobre ele. Complica tudo, quando na verdade tudo é directo e fácil. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Gostaria de chamar à atenção para a proposta que está a discutida e que diz que estamos na presença de compromissos plurianuais, e por isso é que somos obrigados a trazer-los à Assembleia, que sendo plurianuais vão constar nos orçamentos da Câmara para o próximo anos e para outros por ventura que tiverem uma duração que vá para além dele. É essa a função da proposta que está na Assembleia. Somos abrigados por Lei trazer a repartição destes custos por anos económicos à apreciação e provável aprovação da Assembleia Municipal. São compromissos já assumidos, quer por aquisição de equipamentos quer com o leasings que é este o caso e a sua repartição por anos. -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA a autorização prévia para assunção do compromisso plurianual, referentes aos contratos de Leasing em vigor no Município, com vinte e um votos a favor, quinze do Grupo do PS quatro do Grupo do MICA e dois do Grupo do PPD/PSD. Três abstenções do Grupo da CDU. ----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» A bancada o PPD/PSD votou favoravelmente dado que resulta também da aprovação da nova Lei, que sejam aprovados estes contractos de leasing que já estavam em vigor. No entanto fazemos esta declaração de voto para dizer que também para cumprimento da Lei deveriam ser apresentados os outros compromissos existentes apara além dos leasings. -----

PONTO QUATRO - APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, REFERENTE DO PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E O CRIAL, NOS TERMOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO NÚMERO UM DO ARTIGO SEIS DA LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOIS, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO, CONJUGADO COM DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este é mais um ponto dentro do compromisso dos anteriores. No fundo é um protocolo celebrado com o CRIAL que tem efeitos plurianuais e daí o pedido de apreciação e deliberação da Assembleia. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Na bancada da CDU temos dúvidas sobre a possibilidade de se proceder desta forma. O que o Município propõe aqui, é ter uma autorização para passar as verbas da despesa que costuma efectuar de forma autónoma com a Comissão de Protecção de Menores, para o CRIAL e deixar de as fazer directamente, fazendo um Protocolo no qual o Município passa a transferir essa verba para o CRIAL. Assim passa o CRIAL, a desempenhar essas funções, as de dar o apoio administrativo e outro à Protecção de Crianças e Menores. -----

Nós não estamos a dizer se estamos contra ou a favor, isso não está em causa. O que está em causa é, numa abordagem que fizemos da Lei que regula as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, não nos parecer, e não temos certezas, que este Protocolo possa vir a ser concretizado, porque nessa Lei os únicos Protocolos que são concretamente referidos são os Protocolos entre a Câmara e os Serviços do Estado que fazem parte da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. A Lei não refere a possibilidade de estabelecer, para fins de funcionamento da Comissão, Protocolos com uma entidade que não sejam os Serviços do Estado. Neste caso a CRIAL é uma IPSS, que até pode estar na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Actualmente também não temos conhecimento da composição da Comissão de Protecção de Menores, julgo eu que não nos foi dado nada, mas estar esquecida. Por isso nós gostaríamos para nos resguardarmos nesta votação, de ter um parecer sobre esta matéria da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens que diremos, fiscaliza e acompanha as Comissões Locais. -----

Por isso fazemos a sugestão que o Executivo retirar este ponto da Ordem do Dia para pedir esse parecer e ver se de facto, isso pode ser assim. Se poder ser assim, tudo bem, não há aqui que vote contra, alguém tem de assegurar o funcionamento.

Também gostaríamos de saber o porque desta proposta e como é que tem até ao momento funcionado a Comissão? Porque é que de um momento para o outro se vê a necessidade de mudar este funcionamento? -----

Até porque para à IPSS- CRIAL, esta responsabilidade vai-lhe trazer mais obrigações de ordem burocráticas, dinheiro a entrar, questões contabilísticas, não sei se é uma vantagem para a própria IPSS. Mas sobretudo gostaríamos de saber se há cobertura legal para esta proposta? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Gostaria de fazer uma pergunta muito rápida que foi levantada pela intervenção da Deputada Manuela Cunha. -----
Vejo que foi aprovado por unanimidade no Executivo, e uma vez que nós não conhecemos de forma oficial a composição dos órgãos sociais, se existem alguns membros do Executivo que fazem parte dos órgãos sociais do CRIAL ou desta Assembleia que possam incompatibilizar estas votações? -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» O que está em questão não é o protocolo que já está estabelecido e assinado entre as duas partes. O que está em questão é a autorização prévia para fazer a distribuição dos encargos por vários anos. O Protocolo está assinado entre as partes. -----

CARLOS MOTA (Grupo do PS) »» Estarmos aqui a falar do CRIAL, é porque é uma instituição que nos merece um carinho tão grande que gostaria que o fizéssemos com muita elevação, não querendo dizer com isto que não o tenhamos estado a fazer. De qualquer forma, e tanto quanto eu sei, gostaria de sublinhar o seguinte; Quando esta proposta foi votada no executivo, saiu da sala o Senhor Vereador José Carlos que faz parte dos corpos Sociais do CRIAL. Neste momento se este ponto for submetido à votação como creio que vai acontecer, eu sou Presidente do Conselho Fiscal do CRIAL, naturalmente não vou sair porque entendo que o que está em causa não é a celebração do contrato entre a Assembleia e o CRIAL. Tratasse de coisas diferentes. O que está aqui em causa é a repartição de custos pelos anos seguintes. Se não me fiz entender peço-vos imensa desculpa. -----

MANUELA CUNHA (Grupo do CDU) »» Depois do que foi aqui dito é preciso esclarecer que ninguém está a fazer nenhuma avaliação negativa ou por em dúvida o CRIAL. Por parte da CDU, gostaríamos que esta questão ficasse clara. -----
O que nós estamos aqui a resguardar tal como fizemos quando se discutiu as bolsas de estudo, no caso da questão da nacionalidade e se se lembram bem, tínhamos razão, é verificar que não estamos a meter o pé na argola e a votar e aprovar uma coisa que a Lei não permite. Às vezes a Lei permite e nós discordamos. Nós não temos problemas em discordar politicamente e assumi-lo. Agora, também a discordância política ou concordância apolítica são uma coisa, a legalidade e aquilo a que a Lei nos obriga é outra. Nós queríamos clarificar as obrigações legais e o direito. Fomos ver a Lei e de facto levantaram-se-nos dúvidas. Penso que isto não é uma questão de morte, pelo que se pode esperar um tempo. Pois se a CPCJ até agora funcionou bem suponho eu, pode continuar a funcionar assim até à próxima



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia de Setembro, até porque e deixe-me acabar Senhor Presidente, nós não temos as atas e então temos muita dificuldade em saber a justificação que foi dada e o que se colocou na reunião de Câmara. E quanta a esta nova modalidade, que são certidões de atas, temos aqui uma coisa que nos parece não ser o que foi à reunião de Câmara. Também foi apreciação e aprovação da minuta de Protocolo a assinar entre o Município de Almeirim e o CRIAL? -----

Por isso temos alguma dificuldade neste assunto. Sobre o Protocolo só quero saber se há cobertura legal para o fazer, se houver então depois discute-se se estamos de acordo ou não politicamente. Agora não me pode recusar o direito de ter a devida segurança legal sobre este assunto. Acautelei indo ver à lei. Tenho pena não a ter aqui. Se a Lei tivesse sido clara não colocaria aqui a questão, como não é, coloco a questão, tenho esse direito. Porque esta mudança? O porque da necessidade de funcionar de outra forma? Não estou a por em causa o Protocolo ser bom ou mau, mas para além da questão legal a tentar compreender o porquê desta mudança. Antes funcionava-se de uma maneira e agora passa-se a funcionar de outra, deve haver alguma razão. Depois vamos discutir se concordamos ou não, mas explique-nos o porque da razão da mudança e se tem cobertura legal. -----

MARIA JOSÉ DIAS (Grupo do PS) »» Continuo baralhada, quando li o ponto pensei que ia tratar de uma questão financeira de contabilidade. Levanta-se a questão de um protocolo que se inicia a um de Setembro de dois mil e doze e cessa a um de Setembro de dois mil e treze. Parece-me que isto não está muito claro. Penso que este protocolo a ser assim, tem a duração de um ano. Não me parece que seja ilegal tendo em conta a credibilidade que me merece, quer a câmara Municipal, quero a instituição CRIAL. Também não me parece que o CRIAL faça um protocolo que o vá prejudicar. E também não me parece credível que a Câmara faça um protocolo que prejudique o CRIAL. -----

APROVADO POR MAIORIA E MINUTA à autorização prévia para assunção do compromisso plurianual, referente ao Protocolo a celebrar entre o Município de Almeirim e o CRIAL, com vinte votos a favor, catorze do Grupo do PS, quatro do Grupo do MICA e dois do Grupo do PPD/PSD. Três abstenções do grupo da CDU. ---

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Para dizer que a bancada do PPD/PSD votou favoravelmente este ponto pela entidades e pelos fins que estão subjacentes a este protocolo, nomeadamente o CRIAL e a CPCJ e também faz fé nas palavras do



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Deputado Carlos Mota, dizendo que o Senhor Vereador José Carlos Silva se teria ausentado a quando da votação deste assunto no Executivo Municipal. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A abstenção da CDU deve-se ao facto de não ter-mos ficado esclarecidos perante as dúvidas legítimas que aqui colocamos, e por foi rejeitado o nosso pedido para que a Assembleia pedisse um parecer à Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens.. -----

PONTO CINCO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL COM A AQUISIÇÃO DE ENERGIA EM MÉDIA E BAIXA TENSÃO NOS TERMOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO NÚMERO UM DO ARTIGO SEIS DA LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOIS, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este ponto é igual em todo em relação aos pontos anteriores. Não é mais que a repartição de encargos por anos económicos, dai o facto de estar hoje em apreciação da Assembleia Municipal. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Mais um pedido de esclarecimento. Não sei se vai ser atendido ou esclarecido, mas enfim. A folha com a divisão dos custos ou diremos, aliás com a previsão de custos não vem assinada nem rubricada é uma observação. Não sei se ela fez parte da reunião de Câmara se foi entregue aos membros do Executivo, mas o facto é que esta não está assinada. -----

Gostaria de saber se houve mais concorrentes neste concurso. Foi só a EDP? Porque é que as escolas não vêm aqui incluídas nos mapas? Tanto quanto eu sei o Vereador da CDU na reunião de Câmara tinha sugerido que se incluísse as escolas e equipamentos neste concurso. Está o Cine-Teatro, as Piscinas, a Biblioteca, Pavilhão, Paços do Concelho, Parque da Zona Norte. A tensão é diferente? É só para saber se é especial, e se é por isso que as escolas não estão incluídas? -----

PRESIDENTE DE CÂMARA »» Estou aqui a receber a informação de que este concurso de fornecimento de energia está a decorrer na CIMLT ao obrigo da central de compras e que já estão a concorrer outros concorrentes que não só a EDP. Sobre as escolas, elas estão incluídas noutros concursos. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Então os concursos foram divididos? Há vantagens e ganhos de escala? Fica a informação. Obrigada. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Com este esclarecimento do Senhor Presidente é que fiquei completamente baralhado, devo-lho ser sincero. Tenho aqui o Diário da Republica com o concurso da CIMLT com o anúncio de procedimento número noventa e cinco de dois mil e doze que por sua vez é alterada logo no dia a seguir, quando se aperceberam que tinham errado. No dia onze de Janeiro de dois mil e doze sai a declaração de rectificação de anúncio numero treze de dois mil e doze que republica o tal anúncio noventa e cinco de dois mil e doze do dia anterior. Este anúncio da CIMLT diz que isto é um concurso para “designação do contrato aquisição de energia para instalações alimentadas em média e baixa tensão especial”. ----- Agora está-nos a dizer que isso é via central de compras, quando o que aqui está é um concurso público formal. -----

Relativamente a este ponto, gostávamos que ele viesse mais documentado, eventualmente com propostas de outros concorrentes, tal como disse a Senhora Deputada Manuela Cunha. -----

Queremos também fazer um reparo, que é sobre o quadro que nos envia; este quadro está a dar uma ideia que os custos são estes, quando não é a realidade. Não é a realidade porque hoje em dia temos uma coisa que é o mercado liberalizado de energia. No mercado liberalizado de energia aquilo que se negocia e que é variável é a componente da energia propriamente dita, sendo que existem umas outras coisas que é a ERS que é a tarifa de acesso às redes, que essa está aqui incluída nos valores dos quadros. Também o termo tarifário fio, a potência contratada, a potência em horas de ponta, e energia reactiva. Ou seja, das duas umas, ou este quadro venha só com os valores da energia, pois é só isso que estamos a negociar, pois os outros são valores da ERS. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» A sua explicação o que é que tem a ver com a simplicidade da proposta que é repartir os custos das energias por anos económicos?

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Senhor Presidente da Assembleia se me permite continuar a minha intervenção. -----

Aliás é muito curioso que o órgão fiscalizador seja na verdade o fiscalizado. Deixe que lhe diga que a minha explicação tem a ver com o facto que isto tem a ver com valores de concurso e com valores de encargos. Da duas umas, ou vocês põem aqui os encargos todos com a factura da electricidade, ou então poem só aquele que no fundo vão pagar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Permite-me que apesar de Presidente da Assembleia Municipal, lhe preste um esclarecimento simples? Permite-me? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Aquilo que está em questão é tão só aquilo que o Senhor já ouviu, e que faz por não entender. A aquisição e os contrato já nós delegamos através de decisões anteriores à CIMLT para as fazer através da central de compras. O Senhor participou nestas questões. -----

O que estamos a tratar é completamente diverso. Agora estamos perante uma imposição da Lei do Compromissos que obriga que efectivamente os encargos resultantes da adjudicação deste contrato tenham de ser repartidos por diversos anos. É tão difícil entende isto Senhor Deputado? -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Acho também que não será difícil perceber que se a Câmara por exemplo tem a obrigação de nos dar as contas segundo o artigo cinquenta e três, então faz sentido que ela nos dê as contas de todas e não apenas de uma ou duas. No fundo é só isso que eu estou a perguntar. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» A quando da informação escrita eu nunca, porque não o podia fazer, fazia qualquer comentário em relação a isso que acabou de dizer. Agora, neste ponto acho despropositado a sua intervenção. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Isto não pode ser assim. Quando voto a distribuição de uma verba por três anos, e foi o que se levantou no ponto anterior, eu tenho de saber se a verba está a ir para um sítio que tem cobertura legal, para uma acção que é legal. Não tenho só de me preocupar em dividir a verba por três. Não posso, nem o senhor pode, não podemos só preocupar-nos com uma divisão de três. Temos de nos preocupar também com a forma como está feito, neste caso a atribuição da verba, agora passa a ser, diremos, canalizada para uma entidade, e eu não me pronunciei se estava contra ou favor, mas simplesmente sobre o facto se o podíamos fazer sob ponto de vista legal. -----

E vem-me dizer que estou a falar de coisa que não interessam, que não tenho o direito de falar, e vem dizer ao Deputado João Lopes o mesmo. Nós temos de levantar as questões que são colaterais ao assunto que está em debate. São colaterais as questões que ele levantou agora. Se nos dão os documentos, nós temos o direito de os comentar. -----

Por isso não compreendo o que se passa nesta Assembleia. Francamente digo, se o Partido socialista na Assembleia da República levasse do Governo as respostas que nós levamos aqui estava, sempre muito zangados. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Senhora deputada, naturalmente tem o direito de fazer as considerações que entender, o que não tem é o direito de partir sempre de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

uma posição de má fé em relação ao outros. Não há nada que lhe seja presente que não esteja ferido de má fé da sua parte. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CD) »» Isso é um juízo de valor da sua parte. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não é não. Não há intervenção que a Senhora Deputada faça que esteja com esse espírito. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Mas o que é verdade é que na maioria dos casos de ilegalidade que aponte, tive sempre a ter razão. Isto é a verdade e foi oito anos de treino. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Senhora Deputada Manuela Cunha, a montanha pariu um rato. Tudo o que aqui é tratado na sua boca é ilegal, no entanto, em concreto não conseguiu apresentar sequer uma coisa que fosse. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Não vale a pena entrar em diálogo...-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Diga então. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» O IGAL fez uma inspeção à Câmara e estão coisa a decorrer...-----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Senhora Deputada, estou-lhe a falar do funcionamento desta Assembleia neste mandato. -----
Vamos passar à votação do ponto cinco. -----

APROVADO POR UNANIMIDADE E MINUTA a autorização prévia para assunção de compromisso plurianual com a aquisição de energia em média e baixa tensão. -----

PONTO SEIS – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, REFERENTE A PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO E AS ASSOCIAÇÕES DE PAIS DO ENSINO OFICIAL DE ALMEIRIM E DE FAZENDAS DE ALMEIRIM NOS TERMOS PREVISTOS NA ALÍNEA C) DO NÚMERO UM DO ARTIGO SEIS DA LEI OITO BARRA DOIS MIL E DOIS, DE VINTE E UM DE FEVEREIRO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Senhor Presidente da Câmara deseja fazer alguma introdução ao ponto seis? -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Senhor Presidente, não tenho muito a dizer, porque este ponto é em tudo igual às propostas anteriores. Esta pretende fazer um acordo com as Associações de Pais de Alunos do ensino Oficial de Almeirim e Fazendas de Almeirim, para resolver o problema da contratação de animadores para as escolas do Concelho, Tem compromissos que são plurianuais e portanto esta proposta é a repartição desses compromissos por mais que um ano. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

LUÍZ INÊS (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente a este protocolo efectuado entre a Autarquia e as Associações de Pais, a bancada do PPD/PSD em primeiro lugar vem enaltecer esta iniciativa da componente de apoio à família. É uma iniciativa extremamente interessante e válida, porque no fundo, como todos nós sabemos, é uma superior necessidade das famílias e um garante de um enquadramento educativo e de lazer e ocupação dos tempos livres dos alunos. Contudo seria muito interessante que esta Assembleia tivesse acesso a um relatório de funcionamento do ano lectivo anterior, para termos a percepção da qualidade de intervenção educativa. A bancada do PPD/PSD queria referenciar igualmente a dinâmica apresentada pelas duas Associações de Pais do Concelho de Almeirim, pela sua acção sinérgica muito válida para com a comunidade educativa e com os agrupamentos escolares. Temos a perfeita percepção da importância deste protocolo no sentido da viabilização da continuidade desta iniciativa. Contudo temos uma perfeita percepção que temos de ter algum cuidado relativamente à celebração desse protocolo. E com base na análise da proposta de protocolo surgiu-nos uma série de questões que gostaríamos de colocar. Primeiro, qual será o modelo de contratação dos técnicos e auxiliares? Qual o perfil profissional, académico e funcional desses recursos? Não deveria a Autarquia no protocolo, tendo em conta a sua experiência de implementação deste projecto, definir qual o perfil desses recursos? Se nesse processo concursal estará representada a Vereadora da Educação?; Tendo em consideração o horário de trabalho de sete horas diárias que esses recursos humanos têm de prestar, como está definida a sua implementação no período de funcionamento dos estabelecimentos de ensino?; Como é que será feita a coordenação, acompanhamento e avaliação pedagógica desses técnicos, e quem é que a fará? Não está definido no protocolo quem é que recebe e quem paga o quê? Não está definido no protocolo a norma revogatória do mesmo pelas partes e respectivo prazo; Aquando da elaboração do relatório por período lectivo, que é uma obrigação do protocolo, referenciando os aspectos positivos e negativos da implementação das actividades e para que haja uma homogeneidade de análise, quais os indicadores observados?. Com estas perguntas, gostaríamos que o Executivo, ou neste caso as Associações de Pais, que promovem a iniciativa e a Autarquia que apoia financeiramente, tenha em atenção estas questões que a nosso ver são fundamentais para que possam vir enunciadas no protocolo e assim garantir a efectiva qualidade da prestação deste serviço. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A CDU tem dúvida, e não por má-fé. Tem dúvidas porque tem direito de as ter em relação a tudo isto. A primeira é o facto de que



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

não saber-mos qual é a posição das próprias Associações de Pais. Ou eu li muito por alto, ou não vi aqui formulada nenhuma informação escrita ou reacção oficial das Associações a esta proposta. -----

O contrato trás só a assinatura da Vereadora e não trás dos Presidentes das Associações. Nós achamos que para nos pronunciar plenamente, e diremos em consciência, qualquer que seja ou venha a ser o nosso posicionamento era fundamental saber, por escrito, qual era a posição, assumida em reunião dessas Associações de Pais. É uma posição da reunião da Associação de Pais onde delibera aceitar, e depois os Presidentes vinculam a Associação através da sua representação. Acho que este era um procedimento correcto, porque eles vão herdar uma gestão de algo que até aqui não gerem, com responsabilidades acrescidas. -----

A outra dúvida é relativa ao facto, é de saber se actualmente as Associações de Pais do Concelho, que passam a ser, diremos, entidades empregadoras, tem tudo legalizado para o poderem fazer? Passa a ser aqui, a Associação de Pais a entidade empregadora. Depois é assim; sendo depois a Associação de Pais a entidade empregadora mas não é a entidade pagadora, não gere o aspecto financeiro para efectuar pagamentos, está dependente da Autarquia para possuir recursos para efectuar pagamentos. No dia em que as verbas da Autarquia, por qualquer razão faltarem, quem é o mau da fita junto dos trabalhadores? Já não é a autarquia, é a Associação de Pais. Numa das reuniões desta Assembleia, não havia papel higiénico nas casa de banho aparentemente por falta de dinheiro, há atrasos nas transferências das verbas para as escolas será por desleixo ou dificuldades financeiras? Eu questiono-me o que vai acontecer quando faltar dinheiro para os salários e se as Associações tomaram consciência disso e o puseram por escrito que aceitam fazer esse papel. Se aceitarem, aceitam, nós não estamos para contrariar ninguém. Não é por acaso que o PSD achou a iniciativa muito positiva, porque o governo e o poder central tem vindo sempre a chutar para baixo. O Poder central chuta para baixo para as Autarquias, as Autarquias chutam para tudo o que está à volta, as Associações de Pais, disto e daquilo, toca de chutar...logo se verá. Passamos sempre a bola para o outro de maneira a não ficar com as responsabilidades, com os encargos, enfim. Aqui, parece-me que no momento actual da vida económica do nosso País e nomeadamente da situação financeira das Autarquias, eu se fosse membro de uma Associação de Pais, destas, reflectia duas vezes. Se queria arriscar assumir esse papel. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Gataríamos de ter sabido por escrito, pelo menos através de uma ata das Associações de Pais, de cada uma delas, a sua vontade de assumir esta pretensão e o Protocolo que não vem aqui. Não sei se este tema não tem nada a ver com o assunto que se propõe, mas para nós na reunião da CDU, fez todo o sentido eu ser porta-voz da preocupação da CDU nesta Assembleia em relação a esta matéria e por isso gostaria de saber se as Associações de Pais tiveram uma reunião plenária ou do funcionamento delas, onde ficou lavrado em ata de que estavam de acordo com o assumir destas responsabilidades e se essa ata está disponível, se nos pode ser fornecida e se elas têm condições legais para virarem entidades patronais. Do tempo que eu fiz parte da Associação de Pais de Almeirim não tinha, mas pode-se ter agora organizado de outra forma. Era um funcionamento mais informal, mas pode ter mudado, enfim os anos passam e as coisas mudam. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Eu respondo a esta observação com uma pergunta. Seria possível ao Executivo trazer uma proposta de protocolo a celebrar com as Associações sem que tivesse o acordo dessas Associações? Este assunto é básico. Já não percebo o que se passa neste Concelho. Não vale a pena estar a falar. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Só mais uma coisa que me esqueci. Obviamente que a CDU considera fundamental a existência deste serviço de complemento ao serviço educativo prestado à população e considera que a Autarquia ao presta-lo durante alguns, os anos que o fez, fê-lo bem. Isto não está em dúvida.

Por fim, permite-me que eu responda ao Senhor Presidente da Câmara? Já vi vir aqui uma proposta da Carta Educativa que não correspondia, diremos, aquilo que pensava o Conselho Municipal de Educação. Aliás, também não vi aqui nenhum parecer do Conselho Municipal de Educação, se é que ele existe, quem sabe? Não sei, ainda não foi aqui apresentado sobre os agrupamentos escolares, também tinha gostado de ver e saber a posição do Conselho Municipal de Educação. Por isso nada me admira. Tudo é possível neste Município. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Não chego ao preciosismo da Deputada da Manuela Cunha e utilizando as palavras do Senhor Presidente, realmente o protocolo só o assina se quiserem, ninguém obriga ninguém a assinar protocolo algum. De qualquer forma tenho aqui algumas dúvidas que pegam ou bocado no ponto anterior. Nós estamos a votar concretamente só a distribuição dos encargos ou é o protocolo em si? -----

Se é o protocolo em si, e se o senhor Presidente me permite já que ele que aqui está e não colocando em causa, de modo algum, a competência das Associações de pais,



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

muito pelo contrario, se alguém tem motivos e motivação e está no terreno para sentir as necessidades dos alunos e dos pais, são as próprias Associações de Pais, Acredito que tem toda a competência para assumir na integra o que está aqui a ser protocolado. Por outro lado, tenho algumas reservas em se colocar colocam no mesmo prato da balança, o órgão executor e o órgão fiscalizador. Se até aqui tínhamos como órgão executor, a Autarquia, num prato da balança, do outro lado da balança temos as Associações de Pais que seriam os fiscalizadores fidedignos das necessidades dos alunos. Neste momento isto vai deixar de existir, porque as Associações de pais vão ficar a executar e ao mesmo tempo a fiscalizar. Não sabemos se será uma boa prática e temo se não será em presente envenenado para as Associações de Pais. -----

APROVADO POR MAIORIA E MINUTA a autorização prévia para assunção do compromisso plurianual, referente ao **Protocolo a celebrar entre o Município de Almeirim e o CRIAL**, com dezanove votos a favor, catorze do Grupo do PS, quatro do Grupo do MICA e dois do Grupo do PPD/PSD e três abstenções do Grupo da CDU.-----

PONTO SETE – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS DA LT, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, NOS TERMOS DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DA ALÍNEA I) DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, NA REDACÇÃO DA LEI NÚMERO CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, DA ALÍNEA A) DO NÚMERO UM DO ARTIGO OITO DA LEI NÚMERO CINQUENTA E TRÊS – F BARRA DOIS MIL E SEIS, DE VINTE E NOVE DE DEZEMBRO E DA ALÍNEA B) DO ARTIGO ONZE, ARTIGO CATORZE NÚMERO DOIS E NÚMERO TRÊS DO ARTIGO TRINTA E SETE DO DECRETO-LEI Nº TREZENTOS E SETE BARRA DOIS MIL E NOVE, DE VINTE E TRÊS DE OUTUBRO. -----

----- (Interepelação) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Gostaria de fazer uma interpolação à mesa em relação ao ponto sete da Ordem de Trabalhos. -----
Relativamente a este ponto, creio que está ferido por um erro, porque esta mesma certidão do mesmo dia, de dezoito de Junho de dois mil e doze, tal como todas as restantes, nós sabemos que participou o Senhor Presidente do Município, e diz claramente na votação que relativamente à alteração dos estatutos foi a mesma



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

aprovada por seis votos a favor da bancada PS e MICA, portanto nós sabemos que o PS tem cinco elementos. Acontece que o Senhor Presidente do Município é também simultaneamente do Conselho de Administração da SRU. E portanto julgamos que ele estaria numa situação de impedimento ao abrigo do artigo quarenta e quatro do Código do Procedimento Administrativo. Relativamente a esses mesmo impedimento, tenho aqui parecer jurídico da CCDR que refere que os actos ou contratos em que tiver intervindo titulares de órgãos agentes impedidos, são anuláveis em termos gerais do direito. -----

Parece-me a mim que este ponto não estará em condições de ser apreciado e votado.

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Em relação à interpolação que fez, tenho dificuldade como incapacidade para a resolver. No entanto, se o Senhor Presidente ou alguém do Executivo estiver em condições de prestar algum esclarecimento em relação ao assunto, agradecia. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» A única coisa que eu posso dizer é que esta alteração aos Estatutos já foi votada por mim na própria CIMLT. Agora vamos obter parecer jurídico sobre a incompatibilidade ou não de votar este documento. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Assim, vamos retirar da Ordem de Trabalho o Ponto Sete, que vamos depois procurar esclarecer se pode ou não ser votado pelo Senhor Presidente da câmara na sua condição, nas reuniões do executivo Municipal. Passamos ao ponto seguinte. -----

PONTO OITO – APRECIACÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA DA 1ª REVISÃO ORÇAMENTAL DE DOIS MIL E DOZE DE ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS CONJUGADO COM O NÚMERO SEIS E NÚMERO OITO DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Este ponto, não tem muita introdução, porque como se lembram, foi um lapso na última reunião da Assembleia, na proposta da Ordem de trabalhos e não foi incluído este ponto porque não tinha sido aprovado em reunião de Câmara. -----

Cumpriu-se essa formalidade, foi aprovada em reunião de Câmara e está neste momento a proposta na posse de todos os membros desta Assembleia, para que a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

apreciem e votem, de modo a que a Câmara proceda à introdução deste saldo, para ter verba disponível para fazer alguns pagamentos. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente à revisão orçamental em si, ela consiste na inclusão do saldo da gerência anterior, uma operação perfeitamente normal e contabilística que necessita de autorização. No entanto ela terá de ter contrapartida alguns investimentos, despesas, neste caso o Município entendeu que fosse designado para despesas de capital. No entanto, relativamente a esta revisão nós não estamos a apreciar apenas uma operação contabilística, pois além dela, estamos a aprovar o investimento desses mesmos fundos. Sobre o destino desses mesmos fundos e não à operação contabilística O PPD/PSD já antes defendeu e continua a defender que os investimentos prioritários para o Município são outros. Que deveria haver um aumento da verba em relação à Casa da Cultura, para que ela pudesse ser uma verdadeira biblioteca Municipal à semelhança da Biblioteca Municipal de Almeirim e com a sala em condições que aquela freguesia com tanta população não tem. Que deveria haver uma requalificação do parque escolar de acordo com a prioridades que estavam enunciadas na carta educativa, que devia ser feito um Investir na construção de uma Escola Profissional trans-concelhia, com uma oferta de cursos que garanta a formação dos nossos jovens e que sirva de base às necessidades do tecido empresarial da região, que se devia finalizar a circular urbana em vez de se fazer um bocadinho de cada vez. -----

Relativamente aos parques de estacionamento alguns deviam ser otimizados, nomeadamente existentes, concretamente o parque da Rua Bernardo Gonçalves, de forma a garantir o aumento de lugares de estacionamento e, caso necessário, verificar a aquisição de terrenos com dimensão e localização estratégica para construir novos parques e redimensionar os já existentes, nomeadamente junto do Mercado Municipal e do tribunal. Para o PPD/PSD é ainda prioritário a aquisição dos “celeiros” para parque de estacionamento e a construção de novas estruturas desportivas. Também para o PPD/PSD, deve aproveitar-se o terreno que iria supostamente servir para construir o novo Centro Social dotando-o de equipamentos desportivos que são prementes para aquela zona da cidade. Tendo em atenção aquilo que achamos que são os investimentos prioritários, continuamos a não concordar com o destino desta mesma verba, pelo que iremos votar contra. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Tenho esperança que o Senhor seja o próximo Presidente de Câmara para colocar em prática isso todo, com este saldo. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO »» Boas

noites a todos os presentes. -----

A minha intervenção vai no sentido de reconhecer e agradecer ao Senhor Deputado João Lopes a maneira lesiva e incoerente que ele fez destas verbas que acabou de referir. As Juntas de Freguesia ficariam muito mais pobres que estão hoje. -----

MANUELA CUNHA Grupo da CDU) »» Não vou fazer grandes observações, senão alguns comentários sobre a modificação do orçamento de despesa. Com um valor residual, diz a Lei que os valores residuais devem ser isso mesmo, residuais, as verbas inscritas como “outros”, devem ser de facto residuais. Mas aqui as verbas inscritas nessa rubrica atingem um milhão cento e tal mil euros! E agora ainda reforçamos com novas verbas, lá vamos nós reforçar a rubrica outros, que é aquela que, com certeza, todos nós controlamos melhor o seu gasto, é aquela que, com certeza, é a mais transparente. E lá vai o Senhor Presidente dizer que eu estou sempre a por suspeitas, mas o que é que quer? A Lei manda que as não orgânicas com a inscrição de “outros” devam ser só valores residuais, aqui temos valores deste tipo, como é que e não devo sempre ficar com dúvidas?-----

Outra questão ou outro comentário. Vê-se que este reforço de verbas de despesa, é um reforço de despesa em véspera de ano de eleições para as autarquias locais. Estamos a preparar as Autarquias. -----

APROVADO POR MAIORIA E MINUTA a proposta da 1ª revisão orçamental de dois mil e doze, com dezasseis votos a favor, caorze do Grupo do PS e dois do Grupo do MICA. Dois votos contra do Grupo do PPD/PSD e cinco abstenções, duas do Grupo do MICA e três do Grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» A Câmara Municipal de Almeirim apresentou hoje, nesta Assembleia, a Primeira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e doze, onde se inclui o saldo da gerência anterior e despesas de igual montante. -----

No debate do orçamento para dois mil e doze votámos contra fundamentalmente porque: -----

No que toca aos superiores interesses de Almeirim e das suas gentes, o Grupo do PPD/PSD considera que a aposta de investimento deveria ser priorizada por: -----

- Aumento da verba proposta para a Casa da Cultura de Fazendas, sendo esta constituída por valências de Biblioteca e espaço infantil, sala de trabalhos, sala de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

informática, sala de conferências e respectivas áreas de apoio. Para além do equipamento com estas valências, considera ainda que este se deve inserir num contexto agradável de convívio, de lazer e abrangente para toda a população. Esta necessidade será uma boa oportunidade para se dotar a freguesia de um jardim bem dimensionado com vários equipamentos lúdico-recreativos e desportivos tão prementes para a qualidade de vida da sua população; -----

- Requalificação do parque escolar, utilizando as prioridades enunciadas pela Carta Educativa. Consideramos esta medida fundamental por princípios básicos de equidade, modernização e conforto que estes equipamentos tanto necessitam de forma a garantir a formação dos nossos jovens e o sucesso educativo; -----

- Investir na construção de uma Escola Profissional trans-concelhia, com uma oferta de cursos que garanta a formação dos nossos jovens e que sirva de base às necessidades do tecido empresarial da região; -----

- Finalizar a circular urbana de Almeirim numa perspectiva ideal e que garanta o investimento no futuro (escoamento do trânsito rápido e seguro através de duas faixas em cada sentido, traçado linear, ligação fácil às várias zonas da cidade através de rotundas, acessibilidade fácil à Zona de Actividades Económicas e traçado que garanta a não passagem de veículos pesados pelo centro da cidade); -----

- Optimizar os parques de estacionamento existentes, nomeadamente o parque da rua Bernardo Gonçalves, de forma a garantir o aumento de lugares de estacionamento e, caso necessário, verificar a aquisição de terrenos com dimensão e localização estratégica para construir novos parques e/ou redimensionar os já existentes, nomeadamente junto do mercado municipal e do tribunal; -----

- É prioritário para o PSD a aquisição dos “celeiros” para parque de estacionamento e a construção de novas estruturas desportivas; -----

- Deve aproveitar-se o terreno que iria supostamente servir para construir o novo Centro Social dotando-o de equipamentos desportivos que são prementes para aquela zona da cidade. -----

Falta de visão estratégica do ponto de vista fiscal. Defendemos a derrama à taxa zero com forma de captação de investimentos para o Concelho e o conseqüente aumento de empregos e fixação de população. Defendemos igualmente que a taxa de IMI nos imóveis avaliados ao abrigo no CIMI deveria ser a mínima para não penalizar quem compra imóveis actualmente, principalmente os jovens e reduzir a distorção fiscal gritante. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A dívida actualmente existente acarreta aos cofres dos Municípes cerca de setecentos e sessenta e quatro mil euros anuais de responsabilidade a pagar em dois mil e doze e muito vai durar durante vinte anos, sendo a média catorze anos. Tal significa que em cada três anos o Município paga um valor que daria para um Centro Escolar novo, requalificar a Praça Lourenço de Carvalho ou fazer uma Casa da Cultura todos os anos e o Largo General Guerra em cada 6 meses. O endividamento Municipal não pára de aumentar para níveis que começam a ser preocupantes. -----

A formação continua a ser ignorada pelo executivo que consagra uma verba de apenas dois mil euros para quase trezentos funcionários. -----

São atribuídos subsídios às Instituições Sem Fins Lucrativos, um virgula oito por cento do orçamento, de forma indiscriminada. O PSD continua a defender a existência de um regulamento para a atribuição de subsídios. Se este já existisse, as verbas seriam distribuídas de uma forma equitativa e justa. -----

Face ao exposto, dado que esta revisão orçamental não altera significativamente o orçamento e o Plano para dois mil e doze, os quais votámos contra, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra a Primeira Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e doze. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Dois elementos desta bancada do MICA abstiveram-se porque votaram contra e de vencido o orçamento, pelo que não faz sentido estarmos a participar nesta votação. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A nossa abstenção de voto é pelas mesmas razões invocadas pelo Senhor Deputado do MICA. -----

PONTO NOVE - PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM SOBRE A LEI VINTE E DOIS BARRA DOIS MIL E DOZE DE TRINTA DE MAIO, QUE APROVA O REGIME JURÍDICO DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICO. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Foi distribuído a cada Grupo Político uma pronuncia da Assembleia que foi subscrita por dois grupos políticos desta Assembleia, que é o Partido Socialista e o PPD/PSD. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA DO RIBATEJO »» A minha intervenção vai no sentido de clarificar a posição toda pela Assembleia de Freguesia de Benfica do Ribatejo, com o parecer que em tempo útil foi enviado ao Presidente da Mesa da Assembleia, e salientar aqui o facto da Assembleia de Freguesia está em sintonia com a posição do Executivo da Junta e que a mesma é o contrario da posição que a Senhora Deputada Manuela Cunha tomou aqui nesta Assembleia. Gostaria de reafirmar que foi sempre intenção do Executivo e da Assembleia de Freguesia de Benfica do Ribatejo a defesa das Freguesias. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente a este ponto o PPD/PSD desde o principio sempre disse nesta bancada e desde que começaram este nível de debates que aquilo que nós eramos favoráveis era a manutenção das quatro freguesias do município. A lei que foi aprovada consagra essa mesma situação, em que municípios com o nosso mantêm todas as suas freguesias. Desde o principio e desde a primeira hora tomamos esta posição e que é a que continuamos a defender e votaremos favoravelmente. -----

Relativamente a estas pronúncias, confesso que estou um pouco baralhado, e não sei muito bem o que dizer, pelo que gostava de chamar à atenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal para as mesmas. Em Benfica do Ribatejo, está aqui claramente escrito; “o membro democraticamente eleito da Assembleia de Freguesia de Benfica do Ribatejo reunidos em Assembleia ordinária realizada em catorze dos seis de dois mil e doze decidiram por unanimidade não aceitar e repudiar veemente a hipótese da freguesia que representam pode vir a ser extinta ou a ser agregada a qualquer outra freguesia do Concelho”. Portanto, Benfica do Ribatejo pronunciou-se a favor da manutenção enquanto freguesia. A Assembleia de Freguesia de Raposa, diz; “A Assembleia de Freguesia emite um parecer que se deve manter como freguesia tendo em conta a sua identidade histórica, cultural e social, a grande distâncias entre os grandes lugares da Freguesia e sede de Concelho, bem como a elevada taxa de idosos da sua população residente”. Portanto, também a Freguesia de Raposa se pronuncia favoravelmente à sua manutenção e claramente, como de resto seria de esperar neste tipo de pareceres. A Assembleia de Freguesia de Almeirim também diz que a presente Lei não considera como obrigatória a reorganização Administrativa Territorial Autárquica nos Municípios em cujos territórios se situem quatro ou menos freguesias, como é o caso do Município de Almeirim, pronunciando-se a favor da sua manutenção. Depois, chegamos ao parecer da Freguesia de Fazendas de Almeirim, e não temos uma opinião ou um parecer relativamente à sua manutenção enquanto



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

freguesia. O que temos é um Moção política que acaba dizendo que; “A Freguesia de Fazendas de Almeirim emite parecer negativo à Lei vinte e dois de dois mil e doze de trinta de Maio”. Não entendo muito bem qual é a pronúncia que a Freguesia emite ou está a fazer. Penso que ele se devia pronunciar sobre a manutenção da sua freguesia e não sobre a Lei. -----

AQUILINO FIDALGO (Grupo do MICA) »» Que fique bem claro que em relação a este ponto e para além da proposta que nós fizemos em Junho de dois mil e onze, de criar um Grupo de trabalho, onde se discutisse esta problemática da possibilidade de sermos obrigados a organizar o nosso território, o que efectivamente não veio a acontecer, mas essa possibilidade pairou, e propusemos a criação de um grupo de trabalho para discutir a manutenção com os limites e as mais-valias para cada uma das freguesias. Que fique bem claro que nós somos categoricamente favoráveis à manutenção das freguesias e nas sedes habituais. Não tínhamos nós bancada do MICA na Assembleia Municipal qualquer problema em votar favoravelmente esta pronúncia. Não o vamos fazer, penas porque categoricamente porque aqui diz; “com os seus actuais limites territoriais”, não achamos que isso seria discutível, é uma oportunidade que nós temos agora e teríamos se tivesse sido dada oportunidade de este grupo de trabalho se constituir, de nós encontrar-mos mais-valias para ambas freguesias, como para as várias freguesias, de nós redefinir-mos os limites territoriais. Há freguesias no nosso Concelho que estão a adquirir um cariz cada vez mais urbano com necessidades muito próprias, em que a dimensão do território por vezes até pode ser uma condição limitante da sua necessidade de intervenção enquanto realidade urbana, e outras freguesias que se mantem rurais, e naturalmente com necessidades especificidades muito próprias, e como tal teriam interesse diferente. -----
De referir também que é impossível uma qualquer localidade manter-se estável, Ou crescem, ou definham. Há localidades no nosso Concelho que estão a definir. Para essas há que haver oportunidade de nós criarmos mecanismos para elas se valorizarem e tendo em conta a sua história, suas tradições, a sua representatividade, nomeadamente no vale da Ribeira de Muge, que agregassem outras localidades sem prejuízo para nenhuma das freguesias e daí haver a criação de sinergias e mais-valias para todos fregueses. -----

Por este motivo não podemos votar favoravelmente esta pronúncia. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» A CDU já definiu aqui por diversas vezes, e de forma, julgo eu, bem clara o nosso posicionamento. Nós somos contra da proposta da reorganização administrativa. Uma reorganização que ainda vai mais longe do que



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

as próprias imposições da “Troika”. Como já o dissemos aqui, não admitimos que a nossa organização administrativa nos seja imposta por cima dos nossos direitos soberanos. Também consideramos que para além de todo isto, todo o processo de reorganização proposto pelo PSD é extremamente incorrecto e vai ter consequências danosas para o País, nomeadamente a extinção de freguesias que pelo papel que desempenham, nomeadamente, nas regiões interiores do País a sua extinção vai levar a mais desertificação, a mais assimetrias regionais, a mais pobreza e à perda de prestação de serviço público directo aos cidadãos. Por este facto dissemos que eramos contra esta extinção e, também não podemos admitir, que o Poder Central tenha mandado, através desta Lei, para cima das Assembleias Municipais e para as próprias freguesias o ónus do mau da fota. Isto é, somos colocados na posição de dar um tiro na nossa cabeça, ou no nosso pé. Esse é um papel que a CDU e os dois partidos que compõem esta Coligação, desde o início, tanto nas autarquias como na assembleia da República, temos claramente recusado. Todo este processo é lesivo da democracia e incorrecto. Por isso a CDU sempre disse que recusaria a pronúncia sobre esta matéria e apelamos aqui a Assembleia Municipal de Almeirim, no sentido de se recusar a assumir este papel, de mau da fita. E mau da fita porquê? Porque qualquer que seja a situação específica do nosso Concelho, julgo que não é democraticamente aceitável que a Assembleia Municipal de Almeirim, diga assim; nós aqui pronunciamo-nos porque não extinguem nada, e ficamos impavidos e serenos com o que se passa no quintal ao lado. Em Santarém, por exemplo, estão a obrigar as freguesias a reagrupar-se ou a extinguir-se e em Rio Maior, são treze freguesias que podem vir a desaparecer. Esta não é uma atitude democrática, não é uma atitude correcta, o mal vai depois ser global para o País. Tem de ser visto do ponto de vista global. Por isso, eu acho que a pronúncia da Assembleia de Freguesia de Fazendas, tal como está redigida, tem algo com que concordamos. Não se pronuncia sobre a própria Freguesia, não refer se quer ou não quer ficar no estado em que está, pronuncia-se sobre a Lei. Diz NÃO a esta Lei, Não queremos pronunciamo-nos, não queremos esta Lei. E é isso que nós esperávamos que o Partido Socialista nomeadamente e os eleitos do Partido Socialista fizessem aqui nesta Assembleia. Era adoptar uma forma de pronúncia não sobre o que vai acontecer ou não ao Concelho de Almeirim, até porque essa pronúncia pode esperar até Outubro, mas sim uma pronúncia contra a pronúncia. Uma pronúncia contra a Lei, tal como o faz a Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim, à qual dou os parabéns pela sua iniciativa. A CDU como é obvio não assume aquele texto como está redigido na



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

totalidade, mas consideramos que ele tem uma questão essencial, que é, não se pronuncia sobre aquilo que o Governo quer obrigar as Assembleias de Freguesia e as Assembleias Municipais a pronunciar-se e diz não à Lei. Não a esta decisão. Não à extinção de freguesias. Por isso achamos que devia ser retirado da ordem de trabalhos a proposta de pronúncia que aqui foi apresentada e que em conjunto pudéssemos elaborar um pequeno texto, uma pronúncia de protesto contra esta Lei no mínimo na primeira fase. É a sugestão da CDU. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM »» Não sei como agradecer à Deputada Manuela Cunha. Ao longo destes anos de vida autárquica foi a primeira vez que a ouvi para não dizer mal das Fazendas de Almeirim. Prometo que na próxima Assembleia de Freguesia de Fazendas vou falar deste assunto e das considerações elogiosas que nos fez. -----

RUI GALVEIAS (Grupo da CDU) »» Para uma primeira intervenção, parece-me que sabe bem dizer isto, porque o Poder Democrático Local que nós temos veio com o 25 de Abril, e foi consagrado numa coisa que se chama Constituição, que segundo creio é um bocadinho maior que os procedimentos e um bocadinho maior que esta Lei que se tenta impor, porque esta Lei é inconstitucional, por isso, vamos lá ver até onde é que vai a ilegalidade e até onde é que ela é possível. Claro que aquilo que se poe em causa valores, e aquilo que se poe em causa através da Troika, PS/ PSD e CDS, é a reorganização do território e o afastamento do Poder das pessoas. O Poder Local que esta Assembleia Municipal supostamente deve fazer, que são as questões que poe ao Executivo, são as dúvidas, todas estas questões, em que a CDU tem a tradição de por, por exemplo, esse Poder Local é que está em causa, por isso é que nós somos contra o procedimento, porque poe em causa a Constituição, não é por mais nada. E, essa Lei é maior que o procedimento. -----

MANUELA CUNHA (Grupo da CDU) »» Esta pronúncia não é uma pronúncia é uma chantagem, tal como diz e muito bem o enunciado da Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim, quem não se pronunciar é castigado, é punido, há aqui uma ameaça e isto é uma interferência do Poder Central na autonomia da Poder Local. Actualmente já podemos extinguir, tal como podemos criar freguesias novas, podemos agregar freguesias, se elas quiserem por vontade popular e por questões de interesse local ou por sentimentos históricos, tradições... Isto já é tudo possível e tem vindo a ser feito. Por isso, os meios legais e os instrumentos de fusão ou de distinção já existem, não há nada impeçam. Agora aqui estamos perante uma imposição que só visa uma coisa, reduzir custos, cortes cegos do ponto de vista económico e social e afastar o



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

poder das populações para além de outras questões ainda menos democráticas. Por isso, nós fizemos uma proposta, gostava que o senhor Presidente da Assembleia Municipal tivesse em conta a proposta que fizemos, que era a possibilidade de ser retirada esta pronuncia e ser aqui feita uma pronúncia na base de uma posição só e única, o repudio desta Assembleia Municipal à Lei vinte e dois, e às consequências que ela têm na extinção das freguesias. -----

Retirou-se da sala da Assembleia Municipal o Senhor Deputado Manuel Luís Bárbara do Grupo do PS. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não vou retirar o ponto por duas razões fundamentais. Uma delas, porque temos quatro pareceres das principais interessadas, as Assembleias de Freguesia, todas elas pronunciando-se favoravelmente à manutenção no Concelho com as suas quatro freguesias, os seus limites territoriais e as suas sedes com as suas localizações actuais. -----

Segundo; por muito que eu possa não concordar com algumas terminações do Estado de Direito, eu ainda o observo. O Estado de Direito diz-me que eu tenho de me pronunciar sobre esta matéria até determinada data. Tenho as condições reunidas para o poder fazer hoje, portanto não vou retirar o ponto. -----

Antes do início da votação, retirou-se da sala o Grupo da CDU. -----

APROVADO POR MAIORIA E MINUTA a pronúncia da Assembleia Municipal, sobre a Lei vinte e dois barra dois mil e doze de trinta de Maio, com dezasseis votos a favor, catorze do Grupo do PS e dois do Grupo do PPD/PSD. Quatro votos contra do Grupo do MICA. -----

Regresso do Grupo da CDU após a votação. -----

PERIODO DO PÚBLICO

(Artigo vigésimo sétimo) -----

LUIS FERREIRA »» Boa Noite. -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, restantes Elementos do Executivo, restantes Elementos desta Assembleia e Respectivo Público. -----

Chamo-me Luís Ferreira, nascido e criado neste concelho, sou também um homem que se orgulha da mulher que escolheu para constituir família que é nem mais, nem menos a Alda Leandro. Não tem sido nada fácil para a minha família lidar com a situação que os senhores criaram, especialmente para a minha esposa assim como de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

certeza para muitos dos funcionários da ALDESC, porque para outros não se poderá dizer o mesmo. Posso até admitir que me chamem de burro, agora quererem que vista a pele, isso não faço nem nunca o farei, em nome da minha mulher e das minhas quatro filhas. Sobre a extinção da ALDESC, julgo estarmos perante uma ilegalidade e peço aqui aos presentes que me ajudem a esclarecer? -----

Pois a recomendação de extinção da ALDESC que foi colocada á votação na assembleia municipal no dia dezasseis de Novembro contemplava a avocação dos meios humanos por parte da autarquia, ou seja os funcionários da ALDESC não seriam despedidos, pois foi o que foi colocado a votação. -----

A pergunta que faço, é se nesse mesmo documento constasse o despedimento dos funcionários, se o mesmo seria sequer proposto, quanto mais votado, ou seja se a empresa seria extinta, pois no meu entender estamos perante um ato ilícito e daí concluiu que a extinção poderá ser ilegal. -----

Neste momento a Alda encontra-se desempregada conjuntamente com os seus colegas porque os senhores assim o quiseram, pois os locais onde desempenhavam funções e os seus postos de trabalhos não foram extintos, foram sim ocupados endividamento por outros que prestam serviços a este município, sem que essas mesmas prestações de serviços tenham sido sujeitas a Apreciação e Aprovação da Emissão de Pareceres Prévios Vinculativos em Contratos de Prestação/Aquisição de Serviços - Ajustes Directos Simplificados por parte do executivo municipal. -----

Pergunto se também prestam voluntariado, pois parece que passou a ser moda nesta autarquia, refiro-me a todos os técnicos da área do desporto. -----

Quero também constatar que o Sr. Presidente não teve coragem e recuou, depois de ter afirmado nesta sala e aos respectivos órgãos de comunicação social que as declarações proferidas pela Alda e pela Inês na Assembleia Municipal de trinta de Dezembro de dois mil e onze iriam ser alvo de apuramento da verdade e que teriam consequências por se tratar de acusações graves. -----

Acusações essas que depois de um direito de resposta da sua adjunta á assembleia municipal como forma de passar uma esponja sobre as verdades relatadas, teve tratamento especial e foi distribuído por todos os deputados municipais, o mesmo tratamento já não se pode dizer, que teve a resposta da Alda a esse mesmo documento não tendo sido distribuído por todos os deputados municipais. -----

Gostava de saber se esse procedimento é da responsabilidade de quem secretaria a Assembleia ou da mesa da Assembleia. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Pois peço a quem de direito que trate todos de igual modo e não tenham medo de o fazer com rigor e isenção. Sobre este assunto apenas posso concluir que lhe faltou coragem Sr. Presidente e que rapidamente chegou á conclusão que tudo o que foi aqui relatado pela Alda e pela Inês é a mais pura das verdades, e que a única solução que lhe restava era tomar uma posição perante a sua adjunta. Repito faltou-lhe coragem. Para os mais distraídos convém lembrar que esta senhora ocupa um lugar de nomeação, da inteira responsabilidade do Sr. Presidente e que em tempo de crise e tendo em conta os custos que acarreta para o município, nada acrescentou de produtivo, até pelo contrário contribuiu para enormes prejuízos quer financeiros, sociais, assim como da qualidade de vida dos cidadãos, pois o que permitiu foi a criação de lobbies. Recordo por exemplo que noutros tempos as piscinas primavam por excelência de serviço e que chegaram a ter mais de novecentos utentes, basta verificar o que acontece presentemente e verificar os custos e os proveitos. -----

Não me vou dar ao trabalho de enumerar-los todos, pois saiu recentemente mais um na comunicação social, mas desafios a solicitar os livros de reclamação dos espaços desportivos, a verificar a higiene desses mesmos espaços, assim como a organização dos mesmos. -----

Pergunto ainda se Alpiarça já passou a freguesia de Almeirim ou se existe algum protocolo entre os municípios para a utilização gratuita dos espaços desportivos. -----

Em relação aos concursos: -----

Como cidadão deste concelho sinto-me revoltado com toda a situação que está em volta dos concursos que se encontram a decorrer á cerca de sete meses, e que seriam para resolver a situação dos trabalhadores conforme o senhor presidente tanto apregou aos diversos órgãos quer municipais, quer á comunicação social. Sobre os concursos vou começar por enumerar um conjunto de procedimentos que não podem nem deveriam acontecer e que a própria portaria oitenta e três - A que regula os concursos menciona e recomenda que sejam cumpridos. -----

Pois o que vou aqui apresentar não é mais nem menos o que suspeitavam os ex-funcionários da ALDESC, onde alguns chegaram a ser aliciados pela sua adjunta com ajuda para a realização da prova de conhecimentos, em troco de aceitarem ficar a trabalhar nas limpezas por conta do grupo CONFORLIMPA. -----

Gostava ainda de referir que os concursos estão a ser coordenados pela adjunta do Senhor Presidente que está incompatibilizada com parte dos ex-funcionários da ALDESC, nomeadamente todos aqueles que se mostram indignados com todos estes episódios que são do vosso conhecimento. E que tem uma relação de grande



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

afinidade com parte dos concorrentes ou seus familiares, nomeadamente os que obtiveram as melhores notas na prova escrita de conhecimento no concurso para a Referencia A que se destina aos Técnicos Superiores de Desporto que são quatro vagas, se excluirmos o candidato que possui vínculo á função pública por tempo indeterminado restam apenas três lugares. -----

Vou enumerar e depois tirem as vossas conclusões Filipa Jourdan – Actual coordenadora das piscinas municipais que foi escolhida pela adjunta do Senhor Presidente para substituir a Alda Leandro, é ainda ex-esposa do falecido Miguel Jourdan que partilhava com a adjunta do Sr. Presidente a equipa técnica do triatlo do Águias de Alpiarça e que conviviam diariamente e onde existe uma grande cumplicidade entre ambas. Gonçalo Bastos Martins – Filho do actual presidente da junta de freguesia de Fazendas de Almeirim, ambos são militantes do PS e desempenham cargos políticos. João Diogo Rama – É de Alpiarça, é técnico de triatlo e teve ainda a sorte de realizar a prova de conhecimentos numa sala onde permitiram a consulta da bibliografia. A adjunta do Senhor presidente efectuou ainda os seguintes procedimentos; Tratou das cópias das provas, da separação das mesmas por envelopes, transporte das provas para o local da realização e recolha das mesmas após a sua realização. -----

Outros Acontecimentos: -----
Bibliografia bastante desactualizada, tratando-se de livros técnicos, escolheram logo um livro de mil novecentos e noventa que já não é editado á cinco anos e está traduzido em Português do Brasil e que apenas se encontrava disponível em duas bibliotecas públicas nacionais, uma na Guarda e outra em Macedo de Cavaleiros. A nossa biblioteca dispõe dos mais variados livros na área do Desporto, bastava verificar antes do concurso, também sei que não dava muito jeito a quem na verdade elaborou a prova de conhecimentos Algumas das provas não se enquadravam com a caracterização dos postos de trabalho. Para os técnicos superiores as perguntas incidiram sobre a modalidade de Natação e quase exclusivamente sobre a componente de competição, que é a única que não é da responsabilidade do município, mas sim de um clube? E todas as respostas teriam de ser de acordo com o autor do livro que está traduzido em Português do Brasil. Procedimentos diferenciados na realização das provas, tais como consulta de bibliografia numas salas e noutras não, exceder o tempo limite da prova numas salas e noutras não, dúvidas relacionadas com as provas foram tiradas pela adjunta do Senhor Presidente em vez do júri. Como tudo isto não bastasse no dia quinze de Junho a Alda desloca-se á



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

autarquia a fim de solicitar a consulta do processo, por não se encontrar nenhum elemento do júri não lhe foi possível consultar o mesmo, ficando combinado que voltasse no dia dezoito de Junho. No dia dezoito de Junho depois de ter falado com a Dra. Maria do Rosário Russo, que lhe comunicou que teria que aguardar que a presidente do júri entrasse em contacto, nesse mesmo dia entregou um requerimento que solicitava a consulta das actas e documentos do seu processo, pouco tempo depois de o fazer foi então contactada pela senhora Presidente do júri para consultar o seu processo que foi no dia dezanove de Junho pelas dezasseis horas. No dia e na hora marcada estavam presentes apenas a presidente do júri e o primeiro vogal. Ao consultar o processo, solicitou que lhe fosse entregue o original de um ofício de resposta que lhe tinha sido enviado pela presidente do júri, uma vez que lhe enviaram uma cópia e não o original. Foi-lhe então comunicado que lhe facultavam o original.

Solicitou ainda para consultar todas as actas, tendo-se verificado que não constavam todas as atas, mas que lhe seriam facultadas. Interrogou o júri sobre quem tinha elaborado a prova, não obteve resposta. Interrogou o júri sobre o facto de todo o processo dos concursos estar a ser coordenado pela adjunta do Sr. Presidente tendo inclusive afirmado que esta se encontra incompatibilizada com quase todos os ex-funcionários. Ficaram surpresos e remeteram-se ao silêncio. No final da reunião comunicaram que lhe iriam fornecer o original do ofício e as cópias das atas. -----

Mas passadas umas horas ligaram-lhe a informar que teria de entregar um requerimento novo, uma vez que o que tinha entregue apenas solicitava para consultar e não para que lhe fossem fornecidas cópias, como se de facto as atas existissem no processo de concurso. -----

No dia vinte e um de Junho fez então a entrega do novo requerimento a solicitar que lhe fossem fornecidas as cópias. Que conforme consta na Portaria oitenta e três –A barra dois mil e nove de vinte e dois de Janeiro, na sua alínea j) do Artigo vinte e dois - Competência do júri que, passo a transcrever “Garantir aos candidatos o acesso às atas e aos documentos e a emissão de certidões ou reproduções autenticadas, no prazo de três dias úteis contados da data da entrada, por escrito, do pedido”. Passados os três dias úteis e depois de ter insistido na entrega das cópias, lá recebe então uma mensagem de voz a informar que as mesmas possivelmente lhe serão entregues no dia quatro de Julho. Deslocou-se então á autarquia para falar com o elemento do júri que tinha dado tal informação que é a Dra. Maria do Rosário Russo, que se justificou com facto de terem muito trabalho e que teriam de reunir todos os elementos do júri para lhe forneceras as cópias e para apurar as taxas a cobrar. Se



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

existisse assim tanta transparência qual é o motivo de tudo isto que acabo de relatar. Afinal ontem depois de ter insistido e ter dito que seria melhor vir cá a sua advogada para obter os documentos, os mesmos foram-lhe facultados hoje também quero que fique bem claro e que compreendo a sua posição pois é a única que para além de fazer parte do júri também é funcionária da autarquia. Só posso concluir que não existe seriedade neste processo todo e que o objectivo é penalizar todas as pessoas que se sentem injustiçadas e que o tem manifestado publicamente. Tenho a obrigação de alertar que a competência da Assembleia Municipal é regular o funcionamento da Autarquia e fazer com que se governe o concelho de Almeirim com legalidade e seriedade. -----

Quero ainda agradecer ao Sr. Presidente da Assembleia por me ter permitido exceder o tempo a que tinha direito. -----

ANTÓNIO FREITAS CANIÇO »» A razão da minha intervenção é sobre as recentes obras de arruamentos em Paço dos Negros, que tanta falta nos fazia em termos de segurança como de embelezamento da nossa aldeia, no entanto gostaria de fazer algumas questões relativamente ao que foi feito até à data. -----

Tenho visto que o que tem sido feito até agora, que as valetas desapareceram e as manilhas que davam seguimento a essas valetas foram retiradas. Não sei se estão recordados, até há poucos anos o que é que acontecia em Fazendas de Almeirim quando chovia muito, as valetas eram as estradas, ficavam inundadas. Este ano com o pouco que choveu, se estão recordados na Rua do Paço junto às bombas do Senhor Arlindo, a estrada ficou inundada de água de uma ponta à outra. Chamava à atenção para que o responsável tomasse as medidas necessárias para que fosse repostas as valetas nos sítios onde estavam. -----

O outro assunto ainda no mesmo seguimento. Não sei se tem conhecimento do entroncamento da Rua do Paço com a Rua da Liberdade, devido aos arruamentos houve um estreitamento desse entroncamento de tal forma que dois veículos de maior dimensão não conseguem circular regularmente. Neste local já aconteceu um pequeno acidente, felizmente os danos foram só nos taipais dos carros. Relativamente às estradas, elas no geral em Paço dos Negros estão mal, mas em alguns sítios são autênticos caminhos de cabras. Os nossos mecânicos agradecem o estado em que estão, mas os restantes habitantes não gostam de sentir as despesas motivadas pelo mau estado das estradas. Peço aos responsáveis que logo que possível, repare os arruamentos. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Muito obrigado pelas vossas intervenções. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O Executivo com certeza que procederá às respostas que a sua intervenção mereceu e dou por encerrada esta sessão, desejando a todos um bom fim-de-semana. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Não havendo mais inscrições, dou por terminada esta sessão. -----

Boa noite senhoras e senhores. -----

Às zero horas e trinta e oito minutos do trinta de Junho de dois mil e doze, deu-se por encerrada a Sessão lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela Assembleia vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
